

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O mistério das Estradas de Portugal

Já tínhamos o mistério da Estrada de Sintra. Agora temos o mistério das Estradas de Portugal.

E o que importa apurar nesta sede é a verdadeira motivação que levou o Governo, de supetão e atabalhoadamente, a alterar o figurino jurídico das Estradas de Portugal de entidade pública empresarial para sociedade anónima.

Porquê? E porquê agora? Porquê toda esta opacidade, este secretismo, esta falta de transparência? Porquê este processo atribulado de um decreto-lei a fixar um prazo de concessão de 92 anos em 16 de Agosto último, subitamente alterado e de forma ilegal por uma Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Novembro a fixá-lo em 75 anos? Mas então em que ficamos, 92 ou 75 anos? A favor de quem e em nome de quê?

São demasiadas questões sem resposta. Em abono da seriedade e da *accountability* do Executivo, este tem o dever imperioso de explicar tudo.

De uma forma clara e enxuta. Sem sofismas. Sem tibiezas. E sobretudo sem o recurso ao auto elogio de circunstância. É que já não há paciência

Como diria Fernando Pessoa, é a Hora!

Líder social-democrata exige que Governo esclareça financiamento da nova “Estradas de Portugal S.A.”



Destaques:

Reunião dos Presidentes de Câmara PSD com o Presidente Social-Democrata

Pag 2 e seguintes

Patinha Antão considera “irrealizável” a meta do Governo de crescer perto de 3 por cento em 2009

Leia em “Actividades do PSD”

Um Madeirense “vale” 8% de um continental...

Não perca “Artigo de Opinião” de Alberto João Jardim

Presidentes de Câmara sociais-democratas reunidos com L.F. Menezes, em Viseu

O Presidente do nosso Partido convidou todos os Presidentes de Câmara sociais-democratas, para uma reunião de reflexão e trabalho, que se realizou no dia 17 de Novembro, Sábado, a partir das três da tarde, na Aula Magna do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

Esta iniciativa a que o Líder do PSD presidirá, visa, em primeiro lugar, debater os temas mais importantes da vida política do Poder Local em Portugal, que derivam de alterações legislativas recentes (como a Lei das Finanças Locais), a gestão do QREN, a alteração das Leis Eleitorais), assim como sobre o papel dos Autarcas do PSD na actividade política em geral e no trabalho de fortalecimento do PSD, nesta nova etapa que estamos a iniciar.

O convite era assinado pelo Secretário-Geral, José Ribau Esteves, que esteve também presente na reunião.

O plano de trabalhos seguido na reunião, foi o seguinte:



15H00, Recepção aos Presidentes de Câmara do PSD, seguida da “Nota de Abertura, proferida pelo Presidente

do PSD, Luís Filipe Menezes.

Às 15 e 30, Fernando Ruas, Presidente da C.M. de Viseu e da

ANMP, falou sobre «As Finanças Locais e o Orçamento de Estado de 2008 »

Já perto das 4 da tarde, José Ribau Esteves, como Presidente da Câmara de Ílhavo, teceu considerações sobre «O QREN 2007/2013»

«A Lei Eleitoral Autárquica» foi o tema das 16 horas, a cargo do jurista Manuel Frexes, Presidente da C. M. Fundão e dos ASD, cuja intervenção foi seguida de debate geral até às seis e um quarto, quando Filipe Menezes fez a sua intervenção de encerramento

Foi uma jornada particularmente produtiva e muito concorrida, pois muitos Presidentes de Câmara PSD, exceptuando alguns que, por motivos de agenda anterior tinham compromissos, ali se encontraram.

O acontecimento “É para repetir”, pois a conjugação de esforços e objectivos dos autarcas PSD é essencial para a política geral a seguir no período eleitoral que se aproxima.

– Povo Livre; Fotos: Tuxa



O líder social-democrata saúda Almerindo Marques, nas Estradas, mas manifesta “muitas dúvidas” quanto ao novo modelo institucional

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, instou na sexta-feira o Governo, a escolher bem a futura equipa de Almerindo Marques na administração da Estradas de Portugal (EP), com base “no perfil e não por opções político-partidárias”.

Em declarações à informação, Luís Filipe Menezes considerou o novo presidente da EP, Almerindo Marques, como “um gestor competente e de uma seriedade a toda a prova”, mas destacou que a restante equipa dever ser

“escolhida numa lógica que corresponda ao seu perfil e não por opções político-partidárias”.

O líder social-democrata manifestou “muitas dúvidas” quanto ao novo modelo institucional da EP, suspeitando que se destina a “encontrar uma saída para as dificuldades da política orçamental do Governo”.

Recordando os “números assustadores da auditoria da Tribunal de Contas” àquela empresa, Menezes questionou se não se estará “perante

uma opção que visa encontrar uma saída para as dificuldades das políticas orçamentais do Governo”.

“Queremos ver essa questão esclarecida e iremos colocá-la no debate agendado para 29 de Novembro [a pedido do próprio PSD para discutir temas relacionados com obras públicas]”, disse o líder social-democrata.

Na sua visita a Braga, Luís Filipe Menezes defendeu que “está na altura de se encontrar uma fórmula de desgovernamentalizar a nomeação do Conselho de Administração da televisão pública”.

“Seria de aproveitar a saída do presidente da Administração para se encontrar uma fórmula mais independente, transparente e equitativa para a gestão da RTP”, afirmou, fazendo votos para que o PS “não caia na tentação de tentar partidizar a estação de televisão, ao nomear o substituto de Almerindo Marques, um homem independente e competente”.

O dirigente social-democrata falou aos jornalistas à entrada para uma reunião com militantes que decorreu num hotel da cidade.

Luís Filipe Menezes aproveitou para sugerir o arquivamento do processo disciplinar ao jornalista José Rodrigues dos Santos, dizendo que se está a tentar aproveitar declarações suas para “com o pretexto de que há questões de assiduidade e do foro laboral, tentar despedi-lo”.

“É inaceitável que se faça perseguição a um jornalista, e seria bom que acabassem as pressões sobre a

generalidade dos outros profissionais da classe”, declarou.

Questionado sobre a nomeação de Almerindo Marques, actual presidente da RTP, para o Instituto de Estradas de Portugal, Menezes lembrou que foi o PSD quem o indicou e na altura, contra a opinião dos socialistas - para a RTP.

“Não somos um partido maniqueista! A escolha é muito boa! Mas mantemos as dúvidas sobre o processo das Estradas de Portugal, nomeadamente sobre a possibilidade de uma desorçamentação que possa justificar uma descida de impostos sem base para tal e em ano eleitoral”, referiu.

Luís Filipe Menezes manifestou-se “satisfeito” com as declarações do Presidente da República, Cavaco Silva, sobre a necessidade de os partidos se sentarem à mesa, para debater questões como as que se prendem com as reformas da Justiça.

“O PSD está disposto a manter-se no Pacto de Justiça mas o PS tem de vir ao nosso encontro e, sobretudo, ao encontro dos magistrados e dos agentes judiciais, nas alterações legislativas para o sector”, afirmou.

O líder do PSD pronunciou-se ainda sobre declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, acerca da criação de 106 mil empregos na vigência do actual Governo.

“O primeiro-ministro não faz milagres. Com a economia a crescer abaixo dos três por cento não se cria emprego suficiente”, sustentou, dizendo que a promessa que Sócrates fez na campanha eleitoral foi a de criar 150 mil



postos de trabalho, sustendo, em simultâneo, o desemprego, o que não sucedeu.

“É uma mistificação que não condiz com as promessas que fez, e não tem suporte em nenhuma previsão séria a nível nacional ou internacional”, lamentou.

Cooperação económica, política e diplomática com Timor-Leste

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, afirmou hoje, no final de uma reunião com o chefe de Estado timorense, Ramos Horta, em que esteve acompanhado pelos dirigentes sociais-democratas e ex-ministros, Ângelo Correia e Martins da Cruz, tendo Luís Filipe Menezes, que o PSD usará os palcos da União Europeia e do Partido Popular Europeu (PPE), para defender políticas de cooperação com Timor-Leste, visando sobretudo a consolidação da sua democracia

No final da reunião, que durou cerca de uma hora, Luís Filipe Menezes considerou que o PSD “tem uma longa história feliz e empenhada no apoio a Timor-Leste”.

“Os governos de Portugal liderados pelo actual Presidente da República, Cavaco Silva, na altura Primeiro-Ministro e de que também fazia parte o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, então ministro dos Negócios Estrangeiros, deram um impulso muito grande a todo o movimento internacional para dar visibilidade à questão de Timor-Leste”, apontou, numa referência ao período de ocupação indonésia.

“Esse grande movimento - em que foram os próprios timorenses os grandes ganhadores desse processo, porque foram eles quem mais lutou - conseguiu fazer com que Timor-Leste seja hoje um país independente e que marca a presença portuguesa numa zona do mundo importante”, acrescentou.

Segundo Luís Filipe Menezes, em termos de futuro, o principal objectivo do PSD “é manter as relações com Timor-Leste de uma forma perene, procurando ser fiel ao combate pela lusofonia”.

“Na União Europeia, o PSD poderá levantar a sua voz para defender

o apoio que Timor-Leste ainda precisa para consolidar a sua democracia”, especificou o líder social-democrata.

Neste contexto, Luís Filipe Menezes disse que teve oportunidade de falar com Ramos Horta sobre o papel que o PSD desempenha no Partido Popular Europeu, “que é líderante na maioria dos países da União Europeia”.

“No âmbito do PPE, vamos continuar a defender políticas que se relacionam com a cooperação com Timor-Leste”, acrescentou.

O líder social-democrata exige que o Governo esclareça como será financiada a nova sociedade anónima das Estradas de Portugal

O líder do PSD exigiu hoje saber, da parte do Governo, como será financiada a nova sociedade anónima das Estradas de Portugal e se as mudanças operadas representam ou não, um primeiro passo para a sua privatização.

As declarações de Luís Filipe Menezes foram proferidas depois de ter estado reunido com o presidente da República de Timor-Leste, Ramos Horta.

Em relação à resolução aprovada quarta-feira à noite em Conselho de Ministros, que concede às Estradas de Portugal a exploração da rede rodoviária nacional por 75 anos, o presidente do

PSD manifestou “muitas dúvidas”.

“As verbas que estão previstas no que respeita à transferência do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP) para as Estradas de Portugal parecem-nos claramente insuficientes”, disse, numa referência à nova contribuição rodoviária criada pelo Governo.

Queremos também saber como vão ser feitos os novos investimentos que as Estradas de Portugal terão de continuar a fazer, se vão ser instituídas portagens de forma generalizada ou se existe outra forma de financiamento”, apontou, dizendo ainda ter dúvidas sobre o processo em relação às auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT).

Para o presidente do PSD, o Governo tem ainda de responder “frontalmente se a transformação das Estradas de Portugal [em sociedade anónima] representa um primeiro passo para a sua privatização”.

Sobre a proposta avançada pelo deputado do PSD Miguel Relvas, que propôs ao seu partido a solicitação da ratificação parlamentar da resolução do Governo que aprovou o contrato de concessão da rede rodoviária nacional às Estradas de Portugal SA por um período de 75 anos, Menezes respondeu que essa proposta “faz sentido”.

Não se vê como o Governo, por resolução do Conselho de Ministros, pode modificar a Lei que estabelece a concessão por quase um século – até à meia noite de 31 de Dezembro de 2099

– visto que uma Lei tem “mais força” que uma resolução.

Menezes lembrou então que, no final deste mês, por iniciativa do PSD, haverá um debate alargado [na Assembleia da República] sobre um conjunto de políticas tuteladas pelo Ministério das Obras Públicas, entre elas a alteração institucional do modelo das Estradas de Portugal, o desenvolvimento do projecto aeroportuário para a Grande Lisboa e o transporte ferroviário de alta velocidade.

No caso da alteração institucional das Estradas de Portugal, agora uma sociedade anónima, o líder social-democrata declarou que não está apenas em causa a questão do período de concessão - de 75 anos - adoptado pelo executivo.

“Queremos também que o Governo clarifique um conjunto de questões estruturais do ponto de vista da organização das Estradas de Portugal”, acrescentou.

Interrogado sobre se existe desorganização com a mudança orgânica das Estradas de Portugal, o líder social-democrata afirmou não poder ser ainda peremptório sobre essa matéria.

“Só depois de o Governo prestar todos os esclarecimentos poderemos concluir se há intenção da parte do executivo de camuflar despesa pública e de encontrar uma bolsa de suporte para que possa baixar os impostos em cima das eleições”, disse.

O líder do PSD garantiu que os sociais-democratas vão questionar o Governo “de forma veemente” sobre a situação das Estradas de Portugal (EP) no debate de urgência no Parlamento.

A falta de esforço do Governo para consensualizar os grandes investimentos públicos

Já na sequência da reunião da Comissão Política do PSD, na semana passada, no Palácio da Bolsa, no Porto, Luís Filipe Menezes, tinha lamentado a falta de esforço do Governo para consensualizar no Parlamento, em especial com o maior partido da oposição, os grandes investimentos



públicos, como o TGV.

Na terça-feira da semana passada o administrador da Rave, Carlos Fernandes, tinha dito à “Lusa” que a estação do comboio de alta velocidade em Lisboa vai ser a Gare do Oriente, num projecto de ampliação que já foi entregue ao autor, o arquitecto Santiago Calatrava.

Questionado sobre esta opção, o líder social-democrata disse desconhecer esta decisão mas lamentou que, uma vez mais, o Governo não tenha procurado um consenso.

“Se acontecer, vem na esteira das críticas que temos vindo a fazer: que o Governo não quer consensualizar com a sociedade, com o Parlamento, com o maior partido da oposição, as opções dos investimentos públicos mais significativos dos próximos anos e que deviam ser objecto da mais ampla consensualidade nacional”, afirmou.

O líder do PSD afirmou ainda que o debate parlamentar pedido pelo PSD para 29 de Novembro será “fundamental para o governo demonstrar que o PSD não tem razão” ou para mostrar que se está perante “uma tremenda mistificação do governo”.

A Assembleia da República marcou já e a pedido do PSD, um debate de urgência sobre obras públicas para o dia 29, utilizando o direito que o Regimento lhe atribui de requerer seis debates de urgência por sessão legislativa, cabendo-lhe, nesse caso, o encerramento do debate.

“Este debate será fundamental para clarificar as dúvidas e para o governo demonstrar que o PSD não tem razão ou que estamos perante uma tremenda mistificação do governo”, afirmou Menezes.

O líder social-democrata considerou ser “muito importante que o maior partido da oposição monitorize de forma rigorosa a situação do país”.

Menezes referiu ainda as recentes previsões da Comissão Europeia, para salientar o que considerou ser o “insucesso rotundo e indistigável” do governo.

“As previsões da Comissão Europeia vieram confirmar o discurso, infelizmente, pessimista do PSD”, frisou, recordando que as previsões de Bruxelas são muito divergentes das que foram avançadas pelo governo português em áreas como a inflação, o desemprego ou o défice orçamental.

“Elas mostram aos portugueses que as políticas do governo estão erradas”, defendeu Menezes, apresentando o Ministério das Obras Públicas como “um exemplo dos muitos pecados da política económica de Sócrates e do seu Gabinete”.

Nessa perspectiva, salientou “o desinvestimento maciço, o endividamento encapotado e a hipoteca do futuro”, além do que considerou serem “investimentos gravosos”, como a rede ferroviária de alta velocidade e o futuro aeroporto.

“O PSD vai confrontar o governo com estes falhanços em áreas cruciais

no debate parlamentar”, anunciou o presidente do PSD, acrescentando que o debate deverá servir para o executivo “clarificar” algumas questões, entre as quais o “enorme endividamento da Estradas de Portugal e os compromissos assumidos pela empresa quanto ao futuro, difíceis de suportar por 2 ou 3 orçamentos de Estado, quanto mais por um só”.

Relativamente à rede de alta velocidade e ao novo aeroporto, Menezes defendeu que “em investimentos desta dimensão seria um erro imperdoável não procurar um grande consenso nacional”.

Sobre o Pacto de Justiça

O líder do PSD admitiu hoje questionar o Conselho Nacional sobre a validade do pacto de justiça que os sociais-democratas assinaram com o PS e com o Governo, acusando os socialistas de “colocarem em causa” este acordo.

no final de uma audiência com o



Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Menezes afirmou que “Se este caminho (na Justiça) continuar a ser percorrido pelo Partido Socialista, vou ter de colocar ao Conselho Nacional do PSD se estes acordos com o PS devem perdurar ou devem ser colocados em causa, porque estão radicalmente a ser colocados em causa pelo PS e pelo Governo”, afirmou, em declarações aos jornalistas.

O líder social-democrata referia-se concretamente a alguns diplomas aprovados recentemente pelo Parlamento, como o estatuto dos magistrados do Ministério Público, a lei orgânica da Polícia Judiciária e a lei de segurança interna.

“Não podemos adular um acordo que definiu regras gerais de funcionamento de justiça através de diplomas bem mais estruturantes e que vão colocar em causa o que foi acordado”, disse.

Na realidade, está subentendido no pacto, que o Governo não põe deixar de ouvir o PSD, por exemplo, na Lei de Segurança Interna, ou sobre a Lei Orgânica da Polícia Judiciária, até porque são questões (dentro da Justiça) de Regime, e às quais o Pacto tem de ser alargado. Não se trata, assim, de “rasgar o pacto”, como algumas manchetes pouco escrupulosas o gritaram, mas sim de o cumprir na sua intenção e nos seus termos reais.

No final da audiência, Luís Filipe Menezes colocou-se ao lado dos magistrados na crítica ao novo estatuto, considerando que este aponta para “uma funcionalização dos magistrados do Ministério Público e dos juizes”.

“Sabemos que este Governo tem uma lógica de controlo da sociedade portuguesa mas achamos excessiva esta lógica de controlar magistrados do Ministério Público e juizes”, disse, garantindo que o PSD vai tentar “contrariar politicamente” esta iniciativa.

O líder do PSD deixou ainda um

António Cluny, mostrou-se satisfeito com algumas ideias defendidas pelo PSD, nomeadamente quanto à lei dos vínculos e carreiras da função pública e a sua aplicação às magistraturas, assunto que tem gerado alguma polémica.

“Houve uma convergência de pontos de vista entre o sindicato e o PSD, nomeadamente no que concerne às carreiras da função pública, com ambas as partes a discordarem da sua aplicação às magistraturas”, afirmou António Cluny.

O presidente do SMMP referiu ainda que foi discutida a hipótese de revisão de algum articulado do novo Código de Processo Penal.

O encontro serviu também para uma troca de informações sobre a revisão dos estatutos do Ministério Público e o futuro mapa judiciário.

Quanto ao diploma contestado pelo SMMP, da iniciativa do Ministério das Finanças, a Agência Lusa já questionou o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo.

“A solução para os juizes e magistrados do Ministério Público (MP) que foi aprovada na Assembleia da República é a que consta da proposta de lei aprovada pelo Governo. E que diz isto: o regime de vinculação de carreiras e remunerações de juizes e MP é o que for consagrado no seu estatuto e decorrente do seu estatuto constitucional”, referiu João Figueiredo, sem mais explicações.

A Associação Juizes pela Cidadania e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses também já contestaram a aplicação daquele diploma às magistraturas.

As eleições regionais nos Açores

O líder social-democrata abordou ainda a questão da recente reeleição de Costa Neves como presidente do PSD/Açores e salientou a importância das eleições regionais que se realizam no próximo ano.

“As eleições nos Açores serão o primeiro desafio que o PSD vai enfrentar antes de 2009 (ano de eleições legislativas, autárquicas e europeias) e temos todas as condições para as vencer”, frisou Menezes, antecipando um regresso dos sociais-democratas ao poder naquele arquipélago.

Para Menezes, “os açoreanos não têm que estar condenados a um governo cinzento, mediocre e acomodado”, acrescentando que uma vitória social-democrata em 2008 nos Açores pode ser importante para outras vitórias.

“Pode criar um optimismo que transborde para o PSD nacional e nos ajude no ciclo político de 2009”, admitiu.

Quanto ao facto da Comissão Política Nacional se reunir no Porto, Menezes revelou que é apenas a estreia de uma prática que vai continuar no

futuro.

“Vamos reunir, sempre que possível, pelo país”, afirmou.

Menezes contraria «optimismo» de Sócrates quanto ao crescimento económico este ano pois o crescimento “estagnou” e Portugal continua a divergir da média europeia

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, contrariou, na semana passada, o optimismo do primeiro-ministro quanto às expectativas de crescimento económico este ano, afirmando que o crescimento “estagnou” e que Portugal continua a divergir da média europeia.

“As declarações do primeiro-ministro nada têm a ver com a realidade”, acusou Menezes, em declarações aos jornalistas na sede do PSD, em Lisboa, antes de uma reunião sobre política de saúde.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), hoje divulgados, “apontam para um crescimento zero” no terceiro trimestre do ano relativamente ao segundo trimestre.

Além disso, o “crescimento homólogo faz divergir o país 0,8 pontos percentuais em relação à média da zona euro”, acrescentou.

O líder do PSD aconselhou o primeiro-ministro, José Sócrates, a “começar a governar e a dedicar-se ao país depois da presidência europeia”, no final do ano, assumindo “a responsabilidade da maioria absoluta que tem e da paz institucional que lhe é assegurada pelo Presidente da República”.

Luís Filipe Menezes lembrou, aliás, palavras de Cavaco Silva que “há semanas” pediu ao Governo que trabalhasse para que “o crescimento económico não seja incipiente”.

José Sócrates disse que os dados dos primeiros nove meses do ano indicam que Portugal pode crescer em 2007 mais do que previsto pelo Governo e chegar a dois por cento, mas o Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou que a economia portuguesa estagnou no terceiro trimestre, face aos três meses anteriores.

Nos primeiros três meses deste ano, a economia portuguesa cresceu 2,1 por cento e expandiu-se a uma taxa de 1,9 por cento no segundo trimestre, estando estes dois valores acima da taxa prevista para o conjunto do ano.

No terceiro trimestre, o ritmo de crescimento baixou para os 1,8 por cento, igualando a taxa para o conjunto do ano.

O “nervosismo” do Governo

O presidente do PSD detectou hoje sinais de nervosismo no primeiro-ministro, que veio a público tentar acusar, embora indirectamente, Luís Filipe Menezes de “falta de sentido de Estado” e de pôr em causa o LNEC na polémica sobre o novo aeroporto, à



saída do Fórum Transportes e Mobilidade, promovido pelo Diário Económico

“Não coloquei em causa o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Coloquei em causa sim as declarações extemporâneas de membros do Governo que mostraram grande displicência relativamente ao estudo feito pela CIP” sobre o novo aeroporto, disse Menezes aos jornalistas na sede do PSD, em Lisboa.

O líder social-democrata afirmou-se “espantado” e considerou que José Sócrates “anda muito nervoso”.

“Não gosta do povo, não gosta da oposição, gostava de governar sozinho... Mas vai ter de governar com este povo, com esta oposição”, afirmou.

Na terça-feira da semana passada (ver acima), no Porto, Menezes acusou

o Governo de alegadamente já ter decidido a localização do novo aeroporto na Ota, e não em Alcochete.

“Se já está decidido que o aeroporto é na Ota, então não vale a pena fazer as pessoas perder tempo e estar a gastar mais dinheiro”, afirmou o líder do PSD, numa referência ao estudo que o LNEC deverá concluir até 12 de Dezembro para comparar tecnicamente as duas opções - Ota ou Alcochete.

Em resposta a Sócrates, Menezes criticou as declarações de “membros do Governo”, como o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, que, citou, “disse que ia passar os olhos” pelo estudo pedido pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que é “muito sustentado e credível”.

Luís Filipe Menezes defendeu que o executivo tem que “atender a todos

os estudos técnicos, fossem quais fossem, para ponderar uma decisão política com sustentabilidade”.

O líder dos sociais-democratas lembrou declarações do presidente do LNEC, na terça-feira, segundo as quais o laboratório estaria “a fazer um estudo ligeiro, meramente comparativo, de acordo com um conjunto de ‘itens’ referenciados pelo Governo, e nem sequer um estudo aprofundado como fez a CIP”.

“O LNEC merece todo o crédito. Quem é que em Portugal coloca em causa a credibilidade técnica e a fiabilidade técnica do LNEC? Ninguém”, argumentou.

Fontes: Natércia Barreto (Povo Livre), “Lusa”, RTP1, fotos Audio-visuais PSD, Natércia Barreto, Arquivos PL

O PS entende a razão do PSD e já decorrem conversações sobre orgânica da Judiciária, regras da Investigação Criminal e Lei da Segurança Interna

As agências noticiosas e os diários de referência, dão nota de que dirigentes parlamentares do PS e do PSD, estiveram ante-ontem reunidos no Parlamento, para discutir o Pacto de Justiça, num encontro que versou também temas como a orgânica da Polícia Judiciária (PJ), a lei da segurança interna ou as novas regras da organização da investigação criminal. Diplomas que estão fora do âmbito do pacto firmado entre socialistas e sociais-democratas, mas que poderão vir a ser alvo de uma tentativa de aproximação entre os dois partidos.

Segundo o DN, com a “Lusa”, em reportagem de *Susete Francisco* (com agradecimentos do PL) à saída do encontro, Alberto Martins, líder parlamentar do PS, e Santana Lopes, líder da bancada do PSD, nada adiantaram sobre o teor do encontro. “Estamos a trabalhar no bom sentido, por isso não vamos dizer mais nada agora”, referiu o responsável

“laranja” (acompanhado, na reunião, pelos deputados Hugo Velosa e Fernando Negrão). Pelo PS, o vice-presidente da bancada, Ricardo Rodrigues, foi também lacónico: “Não prestamos declarações. Estamos trabalhando.”

Certo é que a reunião abordou diplomas que têm estado na mira do PSD - os sociais-democratas acusam a maioria de estar a aprovar leis que têm implicações sobre as áreas acordadas no Pacto de Justiça, sem que estas sejam alvo de qualquer tentativa de concertação.

Ao que o DN apurou, o PS mostrou-se disponível para debater algumas das matérias com os sociais-democratas. O que poderá levar, hoje, ao adiamento da votação na especialidade (ponto por ponto) da nova lei orgânica da Judiciária - que será discutida na Comissão de Assuntos Constitucionais. Já na passada semana, o PSD pediu o adiamento da votação, argumentando

falta de tempo para apreciar propostas de alteração apresentadas na véspera. Os sociais-democratas sustentaram também que o diploma remete para nova legislação ainda por aprovar (a lei da Segurança Interna e a lei da Organização da Investigação Criminal), pelo que deve aguardar por essas iniciativas.

A reunião de hoje da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais deverá votar mais uma das matérias (são nove, no total) inscritas no Pacto de Justiça - o acesso à magistratura. Recorde-se que, na passada semana, Luís Filipe Menezes, ameaçou romper o compromisso firmado com o PS, acusando os socialistas de adulterar o acordo. Com os dois partidos envolvidos numa troca de críticas, o Presidente da República veio apelar a que ambas as partes se sentassem à mesa para sanar as divergências.

PSD apresentou 20 “propostas muito específicas” de alteração ao Orçamento de Estado

O líder parlamentar do PSD anunciou no dia 15, que a bancada vai apresentar “propostas muito específicas” de alteração ao Orçamento de Estado, em áreas como a Lei das Finanças Locais, regiões autónomas, direitos dos reformados e estímulo ao investimento.

“A regra é que o Orçamento de Estado é do Governo e que só em casos excepcionais devem ser apresentadas propostas”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com a bancada social-democrata.

Por isso, e sem entrar em pormenores sobre as propostas de alteração “muito específicas” que os sociais-democratas vão entregar para a discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2008, Santana Lopes adiantou que duas são relativas à Lei das Finanças Locais e às regiões autónomas.

Outra das propostas de alteração tem que ver com “o direito dos reformados” e a “insensibilidade” do Governo de maioria socialista, continuou Santana Lopes.

De acordo com a proposta de Orçamento de Estado para 2008 do Governo, o IRS para os reformados que recebem mais de 630 euros mensais será agravado.

Ainda segundo o líder parlamentar do PSD, outra proposta de alteração que o seu partido irá apresentar na discussão na especialidade é relativa ao “estímulo ao investimento” e prevê incentivos não só para as empresas do interior do país, mas também para as que estão instaladas em outras zonas e as que se “agrupem em pólos de competitividade”.

O líder parlamentar do PSD adiantou ainda que durante a reunião dos deputados sociais-democratas foi ainda discutido um projecto de lei que irá ser apresentado pela bancada que prevê a melhoria do acesso dos cidadãos portadores de deficiência às grandes superfícies e que os cartazes e rótulos dos produtos passem a estar também inscritos em ‘braille’.

A entrega das propostas de alteração foi feita no dia 16

O PSD entregou no dia 16, as 20 propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2008, nomeadamente em matéria fiscal, relativas às transferências para as autarquias e às dívidas do Estado às Pequenas e Médias Empresas, a que se tinha referido Pedro Santana Lopes no dia



anterior.

“É um conjunto de propostas muito pequeno, cerca de 20”, disse à Lusa o vice-presidente da bancada do PSD Patinha Antão.

Algumas das propostas, referiu o deputado, têm um cariz programático e, através delas, o PSD quer dar “um sinal de que a sua alternativa de Governo era radicalmente diferente”.

Os sociais-democratas apresentaram, assim, uma “proposta geral para uma nova política que resolva os problemas da desertificação do interior”.

Nesse âmbito, o PSD propõe alguns “benefícios fiscais” que possam funcionar como “um estímulo à economia no interior” e à fixação de empresas naquelas zonas do país.

Na área social, acrescentou Patinha

da consultadoria, que em 2008 “tem uma subida incompreensível de 64 por cento”.

“Em 2008, para a área da consultadoria estão inscritos 190 milhões de euros, enquanto em 2007 estavam apenas inscritos cerca de 116 milhões”, referiu o deputado social-democrata.

Outra das propostas do PSD “secunda uma reivindicação das autarquias locais” relativamente às transferências das receitas fiscais para os municípios.

“Propomos que a transferência das receitas fiscais deve ter como valor referencial oito por cento e não os 4,5 por cento previsto pelo Governo”, referiu.



As dívidas do Estado às regiões autónomas da Madeira e dos Açores é outra das áreas abrangidas pelas propostas dos sociais-democratas.

“Existem compromissos firmados, créditos que as regiões autónomas têm sobre o Estado”, adiantou Patinha Antão, exemplificando com a situação da região autónoma dos Açores, para onde não têm sido efectuadas as transferências na área da Educação.

Ainda relativamente às dívidas do Estado, o PSD reitera a exigência de que se faça a sua divulgação “por razões de rigor e transparência”.

Além disso, acrescentou Patinha Antão, os sociais-democratas propõem que enquanto as dívidas do Estado junto das empresas, em especial das Pequenas e Médias Empresas, não são normalizadas que a administração central aceite “formas de compensação ou equivalentes”.

A votação na especialidade e a votação final global do Orçamento do Estado para 2008 estão agendadas para as próximas quarta e quinta-feiras.

Deputados do PSD requerem divulgação parlamentar do Estudo da RAVE sobre acessos ao novo Aeroporto

Dois deputados do PSD requereram no dia 12 ao Governo, a entrega ao Parlamento do relatório da RAVE sobre o estudo da CIP para a localização do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete.



Utilizando a figura regimental do requerimento, os deputados Jorge Costa e Fernando Santos Pereira referem as notícias publicadas nos dois últimos dias segundo as quais “existiria um estudo da RAVE que arrasava, por completo, o estudo apresentado pela CIP, ou seja, que inviabilizaria a possibilidade de uma alternativa à localização do Novo Aeroporto de Lisboa que não fosse a Ota, bem como colocaria em causa um traçado alternativo para a alta Velocidade”.

“De resto, o ministro das Obras Públicas manifestou algum desinteresse pelo estudo da CIP e desvalorizou-o por completo ao afirmar que ‘iria dar uma vista de olhos’”, referem os parlamentares social-democratas.

Considerando estar perante questões que são “essenciais à transparência de um Estado de Direito” e que estão em causa investimentos que ultrapassam uma legislatura e “podem comprometer o futuro dos portugueses”, os sociais-democratas sublinham ser necessário “clarificar esta situação para que não exista qualquer dúvida ou suspeita quanto a comportamentos de uma empresa pública e quais os objectivos que a dominam”.

O administrador da Rave, Carlos Fernandes, afirmou hoje que os acessos do TGV à margem sul propostos pela sua empresa jogam mais a favor da construção do novo aeroporto em Alcochete do que os propostos pela CIP.

“Se a CIP utilizasse as acessibilidades já estudadas pela RAVE, isso jogaria a favor de Alcochete e não contra”, disse Carlos Fernandes, em declarações à agência Lusa.

Esta afirmação surge horas depois de o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Francisco van Zeller, ter acusado o ministro das Obras Públicas de estar a accionar uma “campanha desesperada” para destruir o estudo que aponta Alcochete como melhor opção para o novo aeroporto internacional de Lisboa. E de o presidente da Associação Comercial do Porto (ACP), Rui Moreira, ter afirmado que “não admitirá que um qualquer funcionário do Ministério

apareça a desclassificar o estudo” que aquela entidade irá apresentar este mês.

O Secretário-Geral, Ribau Esteves, renuncia à vice-presidência da Associação Nacional de Municípios

O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, renunciou hoje ao cargo de membro do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) por não querer misturar as novas funções políticas com as associativas.

José Ribau Esteves, igualmente presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, confessou à agência Lusa que a sua atitude teve em vista “uma boa defesa das duas instituições”, e



igualmente libertar-se de algumas tarefas para o cargo no maior partido da oposição.

“Tive o maior gosto em desempenhar durante seis anos estas funções, nesta grande escola”, referiu, acrescentando que ao longo desse tempo deu um contributo à ANMP, mas o que recebeu dela “foi muito mais”.

Na sua perspectiva, a saída não representa um enfraquecimento da presença do município de Ílhavo no

seio da ANMP, pois está representado noutros dos seus órgãos.

Com a saída de Ribau Esteves entra para o Conselho Directivo da ANMP o presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, João Agostinho Pereira, município do distrito de Aveiro, tal como o de Ílhavo.

Ribau Esteves, na reunião da Assembleia-Geral da CPD da Guarda, condena a Lei das Finanças locais

O secretário-geral do PSD considerou que as limitações nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para as autarquias que ultrapassaram os limites de endividamento, poderão criar “situações dramáticas” em algumas Câmaras Municipais do País.

Segundo Ribau Esteves, a nova Lei das Finanças Locais “vai criar situações dramáticas para um conjunto relevante de municípios portugueses, nomeadamente os municípios de menor capacidade financeira e de menor dimensão”.

“Aqueles que têm menor capacidade de ter receitas próprias que advêm de outras fontes que não as transferências financeiras do Orçamento do Estado, vão, garantidamente, ter problemas graves que poderão chegar à própria sustentabilidade financeira”, disse o dirigente social-democrata à Agência Lusa, na Guarda, onde participou numa Assembleia Distrital do partido.

O secretário-geral do PSD considerou que desde Janeiro, por força da nova Lei das Finanças Locais “está vedado, de forma grave, e de forma globalmente errada” a possibilidade de os municípios aumentarem o seu endividamento.

“Isso é errado, porque hoje uma família, uma empresa, uma Câmara ou um país, tem que gerir dívida”, frisou.

Acrescentou que “gerir dívida é gerir uma fonte de realizar, de fazer obra, que só quando é gerida de forma absurda, incorrecta e insustentável numa realidade financeira é que é errada”.

Para Ribau Esteves, “o facto de uma Câmara ter dívida, não quer dizer que se está a gerir erradamente ou irresponsavelmente”.

“A verdade objectiva - acrescentou o dirigente nacional do PSD - é que o problema do País, naquilo que respeita ao desequilíbrio das contas públicas e ao endividamento do Estado, não tem a ver com o sector da administração local mas com o sector da administração pública e o sector empresarial do Estado”.

O secretário-geral do PSD deslocou-se à Guarda para participar nos trabalhos da Assembleia Distrital do partido, iniciando uma ronda de acções de âmbito nacional que terão lugar em todos os distritos, até Dezembro.

Com este género de encontros, a direcção nacional do partido pretende “dar conta daquela que é a estratégia na gestão do PSD”, referiu Ribau Esteves.

O fortalecimento do partido e a construção de uma alternativa à governação socialista em 2009 são dois dos objectivos que o PSD pretende atingir com a realização dos encontros distritais.

Na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Santos Pereira acusou a CP de querer encaixar 43,3 milhões de euros com artimanhas em tarifas regionais

O deputado social-democrata Fernando Santos Pereira acusou hoje a CP de querer encaixar 43,3 milhões de euros através da reestruturação dos preços do serviço regional, um acréscimo que a secretária de Estado dos Transportes considera “impossível”.

Durante uma audição na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em que a secretária de Estado dos Transportes apresentou o novo modelo tarifário para os serviços regionais da CP, o deputado do PSD acusou a transportadora “de querer encaixar 43,3 milhões de euros nos próximos quatro anos à custa da nova reestruturação tarifária”.

Na sua intervenção, Fernando Santos Pereira mostrou “um documento distribuído aos

funcionários da CP juntamente com a folha de vencimento deste mês”, onde se lê que a empresa prevê que, entre 2007 e 2010, entrem nos seus cofres 43,3 milhões de euros, resultantes da “adequação tarifária”.

De acordo com o documento, 15,2 milhões de euros seriam gerados pelos aumentos no serviço regional, 3,8 milhões de euros pelo serviço de longo curso, 6 milhões de euros pelo serviço da CP Porto e 18,3 milhões de euros pela CP Lisboa.

O novo modelo de tarifário para os serviços regionais da CP substitui a estrutura dos escalões quilométricos pela estrutura de preço por quilómetro, adequando o custo do bilhete ao trajecto e ao serviço efectuado, estipulando uma diferenciação dos preços “em função da qualidade e do conforto do serviço prestado”.

A este “reajuste” dos preços, “acrescem os aumentos anuais” no preço dos títulos de transportes, que entram em vigor no dia 1 de Janeiro.

Esta reestruturação só é válida para o serviço regional da CP, pelo que os preços transportes urbanos e suburbanos da transportadora não sofrerão quaisquer alterações.

Patinha Antão considera “irrealizável” a meta do Governo de crescer perto de 3 por cento em 2009

O PSD afirmou hoje que “é expectável” que o crescimento económico abrande no quarto trimestre do ano e considerou “irrealizável” a meta do Governo de crescer perto de 3 por cento em 2009.

“Infelizmente para todos nós, é expectável que, face a uma situação externa menos positiva, o crescimento económico português no quarto trimestre venha a abrandar”, afirmou o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Patinha Antão, em declarações à Lusa.

Para o deputado social-democrata, “os efeitos negativos” da conjuntura internacional devem prolongar-se durante 2008, ano em que o Governo prevê crescer 2,2 por cento.

“Com a conjuntura externa menos positiva e os erros estratégicos de política orçamental e económica do Governo (...) julgamos que é já



irrealizável, sem uma mudança de política, alcançar um valor próximo dos 3 por cento em 2009”, sublinhou patinha Antão.

Para Patinha Antão, as declarações de José Sócrates nesse sentido, enquadram-se na “notável preocupação do primeiro-ministro para anunciar resultados positivos, sem os enquadrar num campo mais amplo”.

No dia 14, o Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou que a economia portuguesa estagnou no terceiro trimestre, face aos três meses anteriores.

Nos primeiros três meses deste ano, a economia portuguesa cresceu 2,1 por cento e expandiu-se a uma taxa de 1,9 por cento no segundo trimestre, estando estes dois valores acima da

taxa prevista para o conjunto do ano.

No terceiro trimestre, o ritmo de crescimento baixou para os 1,8 por cento, igualando a taxa para o conjunto do ano.

O Governo prevê que a economia portuguesa cresça 1,8 por cento este ano e que o ritmo de expansão acelere para 2,2 por cento em 2008.

“As declarações do sr. primeiro-ministro estão incompletas. Para nós o mais importante é a tendência da economia portuguesa no sentido de um crescimento demasiado modesto e uma estagnação na taxa de desemprego”, sublinhou Patinha Antão, exortando o Governo a “rever a estratégia para a sua política económica”.

Também hoje o Banco de Portugal reafirmou hoje a previsão de crescimento de 1,8 por cento para a economia portuguesa em 2007, ao mesmo nível do antecipado pelo governo de José Sócrates.

Segundo o boletim económico do Outono, hoje divulgado, Portugal deve crescer 1,8 por cento este ano, mais 0,5 pontos percentuais do que em 2006, tal como tinha sido previsto pela instituição presidida por Vítor Constâncio na Primavera.

Embora tenha mantido a previsão de crescimento de 1,8 por cento, o Banco de Portugal cortou a previsão do consumo (público e privado) e das exportações e reviu em alta a previsão do investimento. – Fontes: PI, Lusa, RTP 1, INE



Um requerimento de Mendes Bota sobre tráfico de seres humanos



O deputado pelo círculo de Faro, Mendes Bota, dirigiu ao Presidente da Assembleia da República o seguinte requerimento, sobre tráfico de seres humanos:

O Chipre foi o décimo país a depositar o instrumento de ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos. Juntou-se assim à Albânia, Áustria, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Geórgia, Moldávia, Roménia e Eslováquia. Eram precisos dez países a ratificar esta Convenção, para que pudesse entrar em vigor, o que acontecerá a 1 de Fevereiro de 2008.

Infelizmente, Portugal perdeu uma boa oportunidade de estar no pelotão da frente do combate a um dos mais hediondos crimes que flagelam a humanidade nos tempos actuais. Apesar dos nossos apelas em Plenário ou em Comissão, na Assembleia da República, e apesar do nosso requerimento parlamentar de 11 de Abril de 2007, Portugal continua a deixar que a burocracia dos Ministérios (dos Negócios Estrangeiros e outros) se sobreponha à luta que se impõe contra um crime organizado onde Portugal também é palco e também é vítima.

Embora atrasado, é possível e desejável que Portugal ainda se junte aos países que partilham esta preocupação de conferir eficácia a um instrumento jurídico indispensável para uma acção coerente e concertada nesta área de cooperação internacional de combate a um dos negócios mais ilícitos, imorais e detestáveis.

Ao abrigo das disposições regimentais, legais e constitucionais, requero a V. Exa. se digne obter do Governo resposta a uma só pergunta:

-Para quando espera que Portugal possa, queira e consiga apresentar no Conselho da Europa o instrumento de ratificação da Convenção sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos?

- Gab. Depº José Mendes Bota



Ainda a discussão do Orçamento do Estado – 2008

Intervenções de Santana Lopes e Jorge Neto completam o registo da discussão parlamentar, na generalidade, deste documento fundamental

Na edição anterior do “Povo Livre”, demos uma notícia tão completa quanto possível, sobre as intervenções do PSD o debate na generalidade. Não conseguimos obter, no entanto – e em tempo – a intervenção de fundo do Líder da Bancada, Pedro Santana Lopes, nem a do Deputado, Presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças e Director do Povo Livre, Jorge Neto.

Obtidos esses textos e com a sua publicação neste número do “Povo Livre”, fica assim completo o registo das intervenções do nosso Partido nesse Debate.

Começamos com a intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar e ex-Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes:

Nesta intervenção sobre o debate do Orçamento do Estado, cumpre fazer uma primeira constatação.

Há diferenças — é óbvio — muito assinaláveis entre o conteúdo das intervenções dos Deputados da oposição e o conteúdo das intervenções dos membros do Governo. Mas, para além desta diferença, há outra diferença grande, que qualquer um de nós nota e na qual eu meditava enquanto ouvia o Sr. Primeiro-Ministro ontem e o Sr. Ministro das Finanças hoje, entre a avaliação feita por todos — na comunicação social, comentadores, analistas credenciados... — sobre o significado da tendência deste Orçamento e a avaliação resultante do conteúdo das intervenções do Governo neste debate orçamental.

Foi pacífico, foi consensual até ontem que estamos perante um Orçamento que, procurando, sem qualquer dúvida, continuar uma linha que procura o caminho da consolidação orçamental, dá alguns sinais de resignação, dá alguns sinais de desistência.

É bom lembrar (para chamarmos as coisas pelo nome que elas têm) que, em relação aos indicadores macroeconómicos que este Orçamento aqui nos traz, um deles — o indicador do défice orçamental, do défice público — tem atrás de si uma longa história.

Depois de tudo o que ouvi aqui e não indo ao passado, falando dele só para tratarmos do presente e do futuro — e esta é a minha primeira questão —, tenho de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que estamos perante uma questão de honra, uma questão de



honra perante o País e perante os portugueses.

Ouvi aqui várias vezes a frase de que nunca tinha acontecido na democracia portuguesa este, aquele ou aqueloutro resultado. Houve algo que nunca aconteceu na democracia portuguesa: foi pedir-se às instituições financeiras para fazerem uma avaliação prospectiva do défice, para se dizer em quanto ficaria o défice, depois de um exercício orçamental que não tinha sido da nossa responsabilidade.

O Sr. Primeiro-Ministro falou, ontem, no ex-Presidente da República. Devo dizer hoje e aqui, perante tudo e perante todos, que essa análise, nos termos em que foi feita, foi a segunda parte da ficção, da novela, em que a primeira levou à dissolução do Parlamento e, depois, preparou as condições para este Governo poder invocar resultados que nunca teria de outra maneira!!

É por isso que considero uma questão de honra, perante o País e perante os portugueses... Estamos a meio da Legislatura. Não estamos a falar do passado, estamos a fazer um balanço (porque é para isso que somos mandatados pelos portugueses), do trabalho do Governo até metade da Legislatura. Aplicando aos outros aquilo que aplicamos a nós, penso que fica bem a este Governo aceitar, não o

desafio político, mas esta sugestão de coerência, à luz dos mais elementares critérios de honra, de pedir ao Banco de Portugal e às entidades que o acompanharam nessa altura que façam com este Orçamento para 2008 o mesmo exercício que fizeram em relação ao Orçamento para 2005.

Porque nós, no mais, damos por adquirido as diferenças de posição que vamos ouvindo. Nós compreendemos que os números que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças aqui trazem são números que estão subordinados a um indicador do PIB. É sempre tantos por cento em função do PIB, seja o aumento dos 4% do investimento privado, seja o aumento dos 4% do investimento em geral, seja a tal diminuição da despesa corrente primária. Todos os números são por referência a um PIB. Mas é um PIB em relação ao qual também se devia pedir a ajuda do Dr. Vítor Constâncio e dos outros que o acompanharam.

Será que é esse PIB que se vai verificar no ano de 2008?!

O Sr. Ministro das Finanças teve a gentileza, hoje de manhã, finalmente — note-se bem, ao segundo dia do debate do Orçamento! — de dizer, como se estivesse a fazer um favor ao Deputado do CDS-PP, qual o PIB previsto pelo Governo para 2008. São 170 000 milhões de euros. É um indicador fundamental para quem fala

em tantos dados em percentagem do PIB.

Ouvi o Sr. Ministro das Finanças dizer na RTP, falando à pessoa que estava do outro lado do painel «Isso é um erro! É um erro crasso!» Até o economista Silva Lopes olhava para o Sr. Ministro para ver se ele estava a dizer bem. Mas o Sr. Ministro disse: «Que disparate! Não podemos falar por referência ao PIB na despesa nominal, temos sempre de tomar como indicador a evolução do PIB».

Ó Sr. Ministro, se atingirmos aquele objectivo que nos anima a todos, ou seja, a média de crescimento da União Europeia, da zona euro ou do que quiser, isto é, se o PIB for por aí fora, se o crescimento económico for ao ritmo que desejamos, o que é que o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro vão dizer à Administração Pública? «Forró, agora que o PIB está a crescer», ou seja «Pode crescer a despesa porque a percentagem do PIB não tem qualquer importância. Estamos dentro dos limites que tínhamos anunciado». Qualquer pessoa entende que esta não é uma maneira de falar do Orçamento do Estado num País responsável e com tantos sacrifícios que se pedem aos portugueses.



Os senhores dizem que o PIB vai crescer 2,2%. Mas que maçada! O Fundo Monetário Internacional, aquela organização absolutamente desconhecida das realidades, revê a previsão em baixa, as autoridades da União Europeia também não confirmam o crescimento da previsão, mas — atenção! —, para debate no Parlamento é essa a previsão do PIB.

Os objectivos que foram estabelecidos para a reforma da Administração Pública

Por isso mesmo penso que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças concederão que é uma análise razoável chegarmos à conclusão, como chegaram ontem aqui vários Srs. Deputados, de que qualquer analista responsável sobre a evolução do Orçamento, tem de olhar para a evolução da despesa nominal. Eu nem lhe pergunto, Sr. Ministro das Finanças e Sr. Primeiro-Ministro, à luz de que documento é que querem que façamos a avaliação. Do Programa Eleitoral? Do Programa de Estabilidade e Crescimento? Dou só um número, e de cor... Que poupança previa o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças para as despesas de pessoal

em 2008?

Lê-se algures no Orçamento um número muito grande! E qual é a previsão este ano de evolução nominal da despesa? É 0,1 mais, o que, acrescentado com o que vai para a Caixa Geral de Aposentações, dá mais 2% de crescimento da despesa com pessoal e mais os ordenados dos funcionários públicos, que vêm da dotação provisional — e esgotam-na com os 600 milhões de euros. Assim, a evolução da despesa com pessoal é mais 4%. Esta é a verdade dos números!

O que me custa, o que me choca, o que me espanta é que venham aqui dizer aquilo que sabem que não é verdade, que não é a realidade, porque nesse caso, devo confessar, tenho alguma, senão mesmo muita, dificuldade de adaptação.

Ontem e hoje, tive ocasião de cumprimentar alguns Deputados da oposição por intervenções feitas de acordo com as suas perspectivas, que foram excelentes intervenções e que não vou aqui individualizar.

Falaram da realidade. Mas, Sr.as e Srs. Deputados, eu sei que sabem que aquilo que estou a dizer é a realidade.

Vamos a outro exemplo muito simples. Vamos falar dos objectivos que foram estabelecidos para a reforma da

Administração Pública, porque aqui está em causa a despesa do Estado. Nós sabemos que o objectivo de 75 000 funcionários para fora da Administração Pública, com os seus contratos para o quadro da mobilidade não é fácil.

Sabemos que são questões sensíveis, mas não fomos nós que proclamámos esse objectivo, foi o Governo!

Peço muita desculpa por falar nos compromissos assumidos pelo Governo. Sei que os senhores vêm para aqui com um ar como se fosse o Parlamento que tivesse de pedir desculpa por haver aqui oposição e não como sendo o Governo que tem de vir prestar contas à Assembleia da República.

Devo dizer mais: nunca vi tanta arrogância e tanta pesporrência em intervenções no Parlamento como nas intervenções que já ouvi neste debate do Orçamento!

Quanto aos 75 000 funcionários, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, disseram-nos, e acredito, «bem, 75 000 não pode ser! 14 000 já saíram». Onde é que estarão?

Na Caixa Geral de Aposentações, encargo do Estado ou encargo de outrem (sabemos que há muito já fora do Orçamento do Estado). Encargo do Estado, naturalmente!

Dizem-nos: «mas estão já cerca de 2000 no quadro de mobilidade». Muito bem, mas o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças ficarão ofendidos, irritar-se-ão, levarão a mal se dissermos que de 2500 para 37 500, que é metade do objectivo da Legislação, há uma pequenina diferença? Sei que são números da oposição, mas há uma pequenina diferença. E é nesta avaliação de resultados que temos de fazer as nossas intervenções.

E na avaliação de resultados vou à questão de fundo: qual é o modelo de desenvolvimento do País? Lembro-me de muitos debates que tive com o Sr. Primeiro-Ministro, e há aqui uma questão que tem de estar em cima da mesa: este Governo, ao contrário do que ouvi em muitos desses debates, aplica receitas antigas, aplica receitas ultra-ortodoxas.

A consolidação orçamental é muito importante, mas é muito importante

também (como dizia o então Deputado José Sócrates, a quem dei razão muitas vezes, nesses debates), o crescimento da economia. Falávamos então do ministro da economia da altura, Carlos Tavares.

Hoje, normalmente dizem que o crescimento de três anos dos governos PSD/CDS-PP é inferior ao crescimento verificado este ano. Primeiro, não está feita a confirmação do crescimento verificado este ano; segundo, os senhores sabem que somam 0,8 com menos 0,7 com mais 1,5. E quer os senhores queiram quer não, qualquer economista responsável, qualquer ser medianamente inteligente, sabe que a resultante do tal pântano de que alguns fugiram, não apareceu no dia em que um primeiro-ministro disse que se ia embora.

Esse tal crescimento negativo de 2003 foi, com certeza, resultado do péssimo trabalho que levou um primeiro-ministro a dizer que se ia embora, numa noite da História de Portugal!

E é por isso que esta matéria nos leva, mais uma vez, à questão da verdade. Ouvi hoje o Sr. Ministro das Finanças fazer uma afirmação que me levou a cometer um excesso num aparte, pelo qual já me penitencieei junto do mesmo. Fui informado que esses apartes são frequentes na prática parlamentar, mas não estão nas minhas regras, não gosto e não quero que estejam.

Mas o Sr. Ministro disse, quanto ao combate à fraude e evasão fiscais, que quem começou a «tocar viola» — foi a sua expressão — foi este Governo. O Sr. Ministro das Finanças e Sr. Primeiro-Ministro, a verdade mais uma vez! Quem é que fez o cruzamento informático dos dados das finanças e da segurança social? Em que ano foi? Foi um instrumento fundamental para o combate à evasão fiscal! Foi em 2002 e em 2003. E os senhores sabem que isto é verdade!

Quem é que contratou o tal director-geral dos impostos e aplicou as novas regras, de que os senhores hoje em dia se vangloriam? Foi o governo do PS? Não foi! Até fizeram tanto para o convencer a ficar!

Portanto, de onde é que vem esse combate? Estive a confirmar: a taxa de eficiência fiscal no tal ano de 2004 foi





de 2,5%. O Sr. Ministro das Finanças sabe, naturalmente, fazer as contas e quero acreditar que o Sr. Primeiro-Ministro também. É a diferença entre a variação das receitas fiscais e o PIB nominal, que é o crescimento da economia mais a inflação.

E façam as contas aos indicadores desde 2004 — dá 2,5%. Em 2003 foi —2,7%. E desde 2004 que os senhores têm continuado essa linha de crescimento positivo da taxa de eficiência no combate à evasão fiscal.

O que não fica bem é a tal distorção da verdade, é a tal manipulação da História. É o Sr. Primeiro-Ministro quem quer reescrever a História, nomeadamente a História das finanças públicas portuguesas!

A “Fraude Política” do défice apurado por Constância em 2005

O que me espanta é que até em Bruxelas o Sr. Primeiro-Ministro o tenha conseguido... Mas se calhar disse, quando lá foi com o «défice Constância»: «Acordem! Acordem! Não estão a ver qual foi o défice?», como disse há 15 dias no Parlamento Europeu! E, se calhar, impressionou, porque nem todos sabiam já, porventura, a fama que o precedia de persuasão, de capacidade de reescrever os números. Porque, volto a dizer, nunca em democracia nenhuma — em ditaduras, talvez — um governador de banco que tenha respeito pelo seu cargo se dispôs a fazer uma análise prospectiva do défice, independentemente do trabalho de quem tinha responsabilidades nessa altura. Nunca ninguém o fez!

E foi nesta farsa, nesta fraude política que muitos colaboraram, porque é a partir daí que este Governo, passados dois anos e meio, chega ao ponto de vir aqui dizer: «imaginem, temos um défice igual ao de 2004 — de 3%»! Porquê? Porque o Dr. Constância descobriu que em 2005, se não estivesse lá ninguém, o défice seria de 6,83%. Com a revisão do PIB, Sr. Ministro das Finanças, devia lá ter posto 6,5%. «Fizemos muito melhor do que o défice do Dr. Constância», dizem, mas esse não é o défice que está em qualquer publicação do Banco de Portugal, das autoridades internacionais.

Portanto, falamos de 2004, dos governos de Durão Barroso e do meu: défice apurado: 3,3%; crescimento da economia: 1,5%. Em 2005, após 10 anos de governos socialistas e com o Primeiro-Ministro José Sócrates: défice 6,1%.

É isto o que consta em todas as publicações credenciadas, e a responsabilidade é sua, não é de mais ninguém!

E por isso que digo que a questão está no modelo de governação. E vamos ao relatório divulgado anteontem, sobre os indicadores relativos à produtividade, e vamos às receitas antigas.

O País precisa de criação de



riqueza, de mais e melhor produtividade. E foi divulgado anteontem que temos só um país atrás de nós, ou pior do que nós, a Itália. Só que nós estamos a 60% da média europeia, mesmo com os países emergentes, com os 27; a Espanha está a 100%. Este é o grande problema de Portugal. É sensível? Sem dúvida! É preciso chegar a acordos para criação de condições mais favoráveis para os trabalhadores? Sem dúvida! No capítulo da higiene e segurança? Sem dúvida! Dar estímulos? Sem dúvida!

Não é dizer que não se paga horas extraordinárias, é puxar pelo brio, e dizer também aos empresários privados que são parceiros neste desafio da produtividade, da criação de riqueza. Se isso acontecer, se seguirmos esse caminho, o País muda.

O País nunca mudará se passarmos a vida com umas décimas para cima e outras para baixo, na consolidação da despesa.

A despesa é muito rígida. É muito difícil o trabalho de qualquer ministro das finanças — não vou falar do primeiro-ministro —, de qualquer governo.

Não é só do lado da despesa que o trabalho tem de ser feito, é muito do lado da receita, e é esse trabalho que não vejo ser feito por este Governo.

Que têm intenção boa, sem dúvida, terão; que tomam decisões, sem dúvida, mas tomam decisões erradas.

Vamos continuar a falar do que interessa!

É por isso que, em termos de modelo de crescimento, digo que o PPD/PSD gostava de ver, na segunda metade da Legislatura, cumprido um programa que dê confiança ao País, confiança para o investimento.

O Presidente do partido, o Dr. Luís Filipe Menezes, já fez uma proposta pública de pacto, de acordo para os grandes investimentos na próxima década, de acordo sobre os critérios que permitam qualquer alteração na política fiscal. O País não pode andar mais à mercê de caprichos eleitorais. Aprendamos com a boa escola.

O actual Presidente da República, uma vez, no Conselho de Ministros, em 1991, aumentou os combustíveis três semanas antes das eleições. E quando vários ministros diziam «mas temos eleições daqui a três semanas. Vai aumentar os combustíveis agora?!», ele disse «acredito na sabedoria do povo. Temos de tomar as medidas que em cada momento se impõem. O povo julgará por si». E é por isso que digo que o mesmo deve este Governo fazer na segunda metade da Legislatura.

Seguir o caminho da dificuldade,

sem dúvida, mas o caminho da dificuldade não é só conter a despesa, é formar as condições para se criar riqueza.

Todos sabemos como nos últimos nove trimestres o investimento privado não cresceu. Este ano já, no segundo trimestre, deu sinais positivos.

Agora, durante anos, temos um crescimento económico assente nas exportações.

Se consultarem dois indicadores muito simples, se analisarem as exportações e virem a dependência verificam que o preço do barril do petróleo cresceu, sem dúvida, mas também cresceu o preço dos nossos

produtos refinados. E, a propósito de produtos refinados, sabem o que devem ver? Vejam o défice externo. Lá está a verdade! Vejam quanto aumentou desde 2005 até agora! Ai é impossível esconder como está o

endividamento. É algo parecido com os anos de 1995, de 1999 e de 2001. É um indicador normalmente muito pouco falado — o da balança de transacções, o da balança comercial, o da balança de serviços —, mas lá está a verdade, a realidade nua e crua.

E é por isso que, tendo um crescimento baseado sobretudo nas exportações, lhes digo que não é sólido, nem o crescimento assente nas exportações, dependentes da procura externa, nem o crescimento baseado na procura interna, assente fundamentalmente no consumo privado e no endividamento. É sólido aquele crescimento que vem do investimento, aquele que vem da crença na economia, na crença no futuro do País.

E é por isso que digo que este crescimento, apesar de não ser superior ao que nós atingimos, não é sólido, pode derreter a qualquer momento. Se externamente a procura baixa o crescimento interno baixa, porque não é assente no tal aumento exponencial do investimento.

O que está a acontecer é que o endividamento das famílias está em 126% do rendimento disponível. Só a Holanda nos suplanta. Estes é que são os números do Orçamento! Estas é que são as opções!

Vamos continuar a dizer aos portugueses «não! Só temos de reduzir a despesa»? Mas agora já se vem dizer «no IRS, afinal, vamos dar, se calhar, uma folgazinha; no IVA talvez também; no IRC para quem se instale no Interior».

Lembro-me do que disse o então Deputado José Sócrates sobre uma alteração de escalões, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2005.

Mas esse estímulo de 10% no IRC para quem se instale no Interior faz-me lembrar a questão de há pouco do relatório do FMI. Não sei como é que vão fazer agora: é que vão as empresas para lá, depois vêm mostrar cá que se instalaram no Interior, vão as famílias, têm um filho e vão à maternidade. E dizem: «Sr. Ministro das Finanças, a



nossa empresa está no Interior. Importa-se de pedir ao Ministro da Saúde para abrir outra vez a maternidade porque o administrador da empresa e os trabalhadores tiveram dois filhos?»

É a questão do modelo de desenvolvimento. Qualquer visão moderna do desenvolvimento sustentado de um país não pode ficar-se pela redução a «martelo» da despesa, tem de ficar-se pelo crescimento sustentado.

É uma visão míope dizer «para reduzir a despesa, feche maternidades, feche centros de saúde, feche estações de correio, feche ramais ferroviários, feche-se o País, ponham-se a Estradas de Portugal fora do Orçamento!», apesar de não contarem com o financiamento do Orçamento. É a questão do modelo de desenvolvimento. Qualquer dia, dois terços do País está fora do Orçamento do Estado, e aqui entra o último ponto de que queria falar agora — o da obstinação, o da teimosia.

Os portugueses já perceberam que há teimosias de compromissos eleitorais que não valem a pena. Na campanha eleitoral, o meu partido disse que se fosse eleito para governar «portajava» as SCUT que ainda não estavam «portajadas». Disse que fazia uma lei do arrendamento, que é difícil e ia mexer em muitos agregados familiares, disse tudo isso, mas tal não foi dito pelo partido que hoje governa. Agora, a questão não é se está ou não no Orçamento, é saber quem é que vai pagar os muito mais de 1000 milhões de euros de encargos com as SCUT que andam por aí algures?

As senhoras e os senhores riem-se! É outro «in», é inconsciência! É que desde 2005 que a factura chega todos os anos e aumenta cada vez mais.

E a factura não resulta de decisões do governo PSD/CDS, resulta de decisões de governos do Partido Socialista e é por causa dessas decisões sobre auto-estradas não «portajadas» que nós, os nossos filhos, netos e bisnetos estamos a pagar, e pagarão, a factura.

Vamos para concessões até 2099 e aqui subscrevo o que disse o Sr. Deputado Francisco Louçã: todos estaremos cá, se Deus quiser, para apagar as velas dos 140 anos do Sr. Primeiro-Ministro, mas de certeza que não estaremos cá para pagar aquilo que os nossos netos e bisnetos vão ter de pagar, à conta da

irresponsabilidade do Governo socialista.

Quero terminar de uma maneira construtiva, construtiva à luz do Governo, e para isso cito quem deve ser citado, falando das palavras de quem tudo sabe e tudo pode: «Crescer mais ou menos do que a Europa é a bitola de sucesso ou insucesso. O crescimento económico acima da média europeia é uma questão essencial que sempre caracterizou, em todos os governos, a boa ou a má governação económica». Disse-o José Sócrates, a 5 de Janeiro de 2003.

Estamos conversados. Viva Portugal!

A intervenção de Jorge Neto causou nervos e incomodidade na bancada socialista



No segundo dia do debate, o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o Deputado Jorge Neto, do PSD, fez uma intervenção, dirigindo-se ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, que tocou nalguns dos mais importantes pontos em discussão e que, pela sua forma directa e acerada, causou muita incomodidade na bancada socialista. Disse Jorge Neto:

Quando estava a observar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, ali, naquele púlpito, a perorar sobre a bondade da intervenção do meu líder parlamentar, ocorreu-me, de supetão, uma frase lapidar do Sr. Ministro, quando das eleições presidenciais: a de que «se o Prof. Cavaco Silva ganhasse as eleições isso equivaleria a um golpe constitucional». Serve isto para dizer que o seu discurso tremendista, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, vale o que vale, e vale muito pouco, portanto, não nos deixamos impressionar com o alarmismo e o tremendismo das suas palavras!

Naturalmente que compreendo o incómodo, o desconforto, a inquietude do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, do Sr. Primeiro-Ministro, dos Srs. Ministros deste Governo, dos Deputados do Partido Socialista... As coisas, hoje, não vos correram bem!

É que os senhores, ontem, de uma forma prematura e precoce, deslumbrou-se com o fogo fátuo dos preliminares, do preâmbulo, do intróito do Orçamento, mas, hoje, vieram aqui «apanhar as canas» da derrota. Hoje, é a ressaca

impiedosa da derrota neste debate! Esta é que é a verdade! É dura de ouvir, mas é a verdade!!

Em relação à substância do discurso, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, duas ou três notas muito breves, porque

o tempo de que disponho não me permite aprofundar o tema.

Desde logo, no tocante ao défice, vamos ser verdadeiros, directos e frontais, Sr. Ministro: não são comparáveis duas realidades que são distintas! Não é possível compará-las. O défice de 2001 tem a ver com factos passados, o défice de 2005 foi prospectivo relativamente a factos futuros, era uma mera previsão. Não se podem comparar realidades distintas, que não são, por natureza, comparáveis. **De outra forma, isto é uma fraude!**

E o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, de uma forma canhestra, teima em ignorar esta realidade. É preciso, de facto, trazer à liça, à colação, a verdade incontornável desta matéria, porque as evidências, Sr. Ministro, mostram-se, não se demonstram!

Ainda uma última nota, que é muitas vezes sonegada neste discurso, sobre a questão da responsabilidade da tarefa da consolidação orçamental. É bom não esquecer que o período do desvario, do regabofe nas contas públicas, foi o dos governos de António Guterres, de que o Sr. Ministro fez parte. O Sr. Ministro estava nesse «filme», tal como também o Sr. Primeiro-Ministro — aliás, como bem disse o líder parlamentar do meu partido — era uma das figuras emblemáticas desse Governo. Já esquecemos esse tempo?!...

«Mandamos às malvas» esse período?! Foi o período de maior descalabro das contas públicas, em que se fez uma política pró-cíclica, quando se devia, efectivamente, ter atalhado e corrigido, em fase de crescimento económico, no sentido da redução da despesa pública. O que é que se fez? Admitiram-se 140 000 funcionários, criaram-se mais 75 institutos públicos. É grave! É demasiado grave para ser verdade! Mas é verdade!

Uma última nota sobre a redução da despesa pública, Sr. Ministro. Nós somos favoráveis à redução da despesa pública e vou dizer-lhe, claramente, onde. Sei que o Sr. Ministro quer que me desvie para situações incómodas, do género de despedimentos na função pública, mas não vou por aí, Sr. Ministro! A redução da despesa pública faz-se, em primeiro lugar, com a redefinição das funções do Estado, diminuindo o peso do Estado. Este é o primeiro ponto!

Em segundo lugar, a redução da despesa pública também se faz cortando no desperdício, na redundância, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, eliminando institutos públicos que são desnecessários, que, muitas vezes, até estão sobrepostos, fazendo outsourcing, quando for necessário, no que compete a algumas funções, excluindo, naturalmente, as funções de soberania — naturalmente que sim, por que não?! — e, claro, obviamente, com competência, com seriedade, com argúcia na aplicação de recursos públicos que são, por natureza, escassos.

É este o caminho, não há outro! Este é o caminho sério de redução da despesa pública. Aliás, até lhe posso dar um exemplo concreto neste Orçamento: as despesas previstas com consultadoria: são 200 milhões de euros, são absolutamente incomportáveis, numa fase de consolidação orçamental; os 700 milhões de euros previstos para as SCUT também são intoleráveis.

Aqui estão dois exemplos, mas há mais: o acréscimo incompreensível da despesa com viagens do Governo para o Orçamento de 2008 é intolerável, em processo de consolidação orçamental!

Aqui estão três exemplos, pequenos mas sintomáticos e significativos daquilo que deve ser feito, em termos sérios, quanto a uma consolidação orçamental efectiva.

Vou concluir, Sr. Primeiro-Ministro, dirigindo-me a si. Penso que é tempo de o Sr. Primeiro-Ministro pôr um pouco de lado a tal arrogância e pesporrência de que falava o meu líder parlamentar e que, de facto, é um pouco a «imagem de marca», o «ADN» deste Governo, quantas vezes até evitado de alguma fatuidade desmesurada e excessiva.

Dou-lhe um conselho, Sr. Primeiro-Ministro, que é um conselho prudente e avisado de Winston Churchill.

Winston Churchill disse um dia: «Aprende-se mais depressa com as derrotas do que com as vitórias».

Sr. Primeiro-Ministro, aprenda com a derrota neste debate sobre o Orçamento! — **Fonte: Gab. GP/PSD-AR**

O endividamento das famílias portuguesas

Álvaro Santos (*)



O endividamento das famílias portuguesas está a atingir níveis muito preocupantes.

Segundo o Banco de Portugal, em Agosto deste ano, as famílias portuguesas deviam à banca 122 mil milhões de euros, dos quais 98 mil milhões de crédito à habitação.

Também o crédito malparado não tem precedentes no nosso País e, com a subida dos juros, há o risco de mais famílias não conseguirem pagar os seus empréstimos.

Em virtude da utilização dos cartões de crédito, sabemos que hoje os consumidores não têm apenas dois empréstimos, o do carro e o da habitação, mas mais seis ou sete em simultâneo.

A mudança de hábitos de consumo, que reflectem uma alteração de comportamentos culturais e sociais, é uma das causas apontadas para o aumento do endividamento dos consumidores portugueses.

Num relatório publicado recentemente sobre o consumo de medicamentos ansiolíticos e anti-depressivos em Portugal, um dos motivos que justificam o nível elevado de consumo destes produtos, é o endividamento.

No dia mundial consagrado à erradicação da pobreza e da exclusão social, uma das causas identificadas para a ocorrência destas realidades é o endividamento.

São sinais preocupantes e que devem merecer, no mínimo, a nossa reflexão.

E não se pense que, entre nós, isto não acontece. Infelizmente, a nossa Terra não foge à regra.

O mercado imobiliário abunda na oferta e escasseia na procura.

Muitas vezes, estamos longe de imaginar que, bem perto de nós, existe alguém que precisa na nossa ajuda. Por isso, saibamos ser solidários com os outros e, já agora, responsáveis na gestão dos nossos próprios recursos. - (*) *Engenheiro Civil, Mestre em Planeamento do Território, Presidente da CPS/PSD de Ovar e vereador da Câmara de Ovar*

As instituições de solidariedade social não têm mãos a medir. Há um número cada vez maior de pessoas carenciadas que procuram ajuda, muitas delas idosas e com problemas de saúde.

O poder de compra é baixo. As crianças são, muitas vezes, vítimas silenciosas de uma sociedade desumana e implacável.

Segundo dados oficiais, a população residente em situação de risco de pobreza era de 19%, em 2005. Este número representa 2 milhões de portugueses em risco de pobreza!

O desemprego é uma chaga social sentida por milhares de pessoas.

No Orçamento de Estado, um Madeirense «vale» oito por cento de um Continental

Alberto João Jardim (*)

Contribuindo para o anormal funcionamento das Instituições, impune apesar da Constituição da República, a Lei do Orçamento de Estado continua a discriminação político-partidária que o Governo da República move ao Povo Madeirense.

Apesar da afirmação inequívoca de repúdio destes comportamentos do Governo da República, manifestada pela população madeirense nas eleições de 6 de Maio último, repúdio que não pode ser ignorado num Estado Democrático.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2008 comprova, de forma clara e inequívoca, a obsessão e a determinação em reprimir a população da Região Autónoma da Madeira, por causa das suas legítimas opções políticas próprias, seu Direito constitucional.

Eis os factos:

1 - De entre as Regiões Autónomas e Autarquias Locais do País, a Região Autónoma da Madeira é a única que vê as transferências do Orçamento do Estado serem reduzidas face a 2007. Será mera coincidência?... Julgamos que não!

Podemos comparar o montante recebido em 2006 e em 2007 com o valor a receber em 2008 e desta comparação ressaltam as perdas acumuladas face a 2006, que ultrapassam os 71 milhões de euros!

2 - Não foi prevista uma dotação suficiente para compensar os acertos de anos anteriores, decorrentes da incorrecta aplicação da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, cujo valor em dívida ascende ainda aos 69 milhões de euros, situação relativamente à qual existia um compromisso (firmado com o Governo Regional dos Açores, mas que beneficiava a Região Autónoma da Madeira) para esta dívida ser paga em 6 tranches anuais, a primeira das quais inscrita no Orçamento do Estado para 2007 (cf. do artigo 109.º, alínea l).

3 - Não se prevê qualquer dotação para honrar os compromissos referentes à comparticipação nacional nos projectos co-financiados por fundos comunitários, no sector da agricultura, cuja dívida ronda actualmente os 32 milhões de euros.

4 - Não é honrado o compromisso decorrente do Protocolo assinado para a regularização das verbas em atraso no âmbito da convergência tarifária, cujo montante atinge actualmente os 16 milhões de euros (podendo atingir os 22 milhões de euros no final de 2008 atendendo às prestações vincendas).

5 - Não avança com qualquer solução para a regularização das verbas em atraso devidas no âmbito do programa PROHABITA (Habitação Social), decorrente do Acordo de Colaboração celebrado em Janeiro de 2003 e revisto em Janeiro de 2007, entre o INH, o Instituto de Habitação da Madeira e o Município do Funchal, cuja dívida já ultrapassa os 7 milhões de euros (quando, por outro lado, prevê uma transferência de 4,5 milhões de euros para Governo Regional dos Açores a título de comparticipação no processo de reconstrução do parque habitacional das ilhas do Faial e do Pico ...)

6 - Como se não bastasse a diminuição das receitas e a não regularização de verbas em atraso, impõe-se um agravamento de 50% na contribuição dos serviços não personalizados da Administração Regional para a Caixa Geral de Aposentações, o que representa um encargo adicional para o Orçamento Regional na ordem dos 14,5 milhões de euros, quando serviços com idêntica natureza ao nível da Administração Central simplesmente não são contribuintes da CGA.

7 - Por outro lado, quando é urgente a concretização de importantes investimentos da Administração Central na Região, designadamente ao nível das esquadras da PSP e das instalações dos Tribunais, o PIDDAC não prevê qualquer dotação para estes projectos. Alias, as verbas do PIDDAC destinadas à realização de investimentos na Região representam apenas 0,2% do total, que compara com os 0,6% nos Açores e com os 1,2% no Estrangeiro. Por outro lado, o esforço de investimento público promovido através do PIDDAC, permite a realização de investimento público "per capita" no montante de 279 euros por habitante do Continente, de 96 euros por cada habitante dos Açores e de apenas 23 euros por cada cidadão português residente na Região Autónoma da Madeira. Cada Madeirense «vale» oito por cento de um Continental!!!
...

Para agravar ainda mais a situação, e no que concerne ao IVA, não sabemos ainda (e estamos quase no final do primeiro ano de aplicação do novo regime) quais os valores que nos são devidos, nem se perspectiva qual a solução do Governo socialista para resolver este imbróglgio. O que sabemos – e fazendo fé nas previsões apresentados em Setembro de 2006 pelo Ministério das Finanças – é que podemos vir a perder, comparativamente ao método da capitação, 13,8 milhões de euros em 2007 e 17,6 milhões de euros em 2008 (!), apesar das compensações previstas no OE para 2007 e na Proposta de OE 2008, que se apresentam no quadro seguinte.

Em suma, a proposta de Orçamento do Estado para 2008, não só é extremamente lesiva e discriminatória do ponto de vista financeiro para a Região Autónoma da Madeira, como também ignora a Autonomia Regional, na medida em que continua a fazer "tábua rasa" das normas insertas no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, designadamente na matéria do IVA e do nível das transferências do Orçamento do Estado para a Região.

Repare-se nos valores inscritos no OE para 2007 e na proposta de OE para 2008, no que se refere às transferências, à compensação do IVA e às verbas inscritas no PIDDAC, cuja diferença entre as duas Regiões Autónomas ultrapassa os 150 milhões de euros em 2008, e retire-se as devidas ilações! – *Presidente do Governo Regional da Madeira, Presidente do PSD/ Madeira*



Orçamento de Estado para 2008 é uma “ameaça” à autonomia

O deputado do PSD-M e ex-secretário regional do Plano e Finanças Paulo Fontes disse hoje que o Orçamento de Estado para 2008 é uma “ameaça” à autonomia da Madeira.

“A Lei do Orçamento de Estado para 2008 constitui uma ameaça à nossa autonomia, um desprezo pelos madeirenses e portossantenses, uma afronta ao Governo Regional da Madeira e muito particularmente ao seu presidente dr. Alberto João Jardim e é discriminatória porque beneficia uma Região Autónoma portuguesa em detrimento de outra”, referiu Paulo Fontes, na sessão plenária da Assembleia.

Paulo Fontes adiantou que, no global das transferências do OE incluindo as receitas do IVA e as transferências para as autarquias, a Madeira receberá 592 milhões de euros enquanto os Açores receberão 781,5 milhões de euros.

“Considerando que, segundo dados oficiais, em 2006 a Madeira tinha cerca de 246.000 habitantes e o conjunto das ilhas dos Açores 243.000 habitantes, conclui-se que, cada madeirense vale para o Orçamento de Estado para 2008 cerca de 2.405 euros e um açoriano 3.216 euros”, declarou.

“Em relação ao PIDDAC, onde se incluem os apoios que não só do Orçamento de Estado mas também da União Europeia, os Açores receberão 42,6 milhões de euros e a Madeira 12,3 milhões, com o Governo socialista a se responsabilizar por sete projectos na Madeira e 15 nos Açores, com o ridículo de um desses apoios ser de 1000 euros para o Programa Polis de Requalificação e Desenvolvimento Urbano, da Câmara Municipal do Funchal”, acrescentou.

A Assembleia votou ainda contra, com os votos do PSD-M, dois votos de protesto pelo “saneamento político” do presidente do Conselho Directivo do Centro de Segurança Social da Madeira, Roque Martins, alegadamente por ter afirmado que a pobreza na Região atingia 22 por cento da população, cerca de 56 mil pessoas. A Comissão de Serviço de Roque Martins termina a 22 de Novembro.

A Assembleia aprovou também por unanimidade o levantamento da imunidade a sete deputados de vários partidos e a cinco membros do Governo Regional para responderem, como testemunhas em Tribunal, de vários processos. – **Fonte: Lusa**



“Espectáculo bobo” montado pelo líder do PS regional

O PSD/Madeira criticou hoje o “espectáculo bobo” montado pelo líder do PS regional em torno do encontro que manteve em Lisboa com o secretário-geral do partido, do qual “veio com o rabo entre as pernas”.

Em comunicado distribuído no Funchal, o secretariado do PSD madeirense diz que “depois de todas as cenas de peito cheio”, o presidente do

PS/M, João Carlos Gouveia, “foi a Lisboa e veio de lá, feliz, com uma pequena esquadra de polícia, por sinal já comprometida entre o Governo Regional e a PSP”.

“O chefe de todos os socialistas locais, apesar de toda a sua indigência, nestes tempos tristes de República socialista sempre contribui para nos pôr a rir”, refere-se num dos parágrafos do documento.

Para o PSD-M, “as mentes totalitárias são assim. O que o povo

precisa, não é de meios de desenvolvimento, é de polícia”.

“No caso, depois do espectáculo bobo que montou, como diz a sabedoria do povo ‘veio com o rabo entre as pernas’”, conclui.

Contactado pela agência Lusa, João Carlos Gouveia não quis comentar o teor deste comunicado e reafirmou não pretender fazer declarações a nível nacional sobre a reunião que manteve segunda-feira em Lisboa com o secretariado nacional do partido. - **Lusa**

Notícias de Ovar

Visita a Válega de autarcas do PSD da Câmara e Assembleia Municipal



Inserida num conjunto de visitas programadas às freguesias do Concelho de Ovar, os autarcas do PSD da Câmara e Assembleia Municipais juntaram-se no sábado, 17 de Novembro aos autarcas do PSD da Assembleia de Freguesia de Válega e à JSD local para efectuarem uma visita de trabalho a alguns dos locais daquela freguesia que estão a necessitar de obras de beneficiação urgentes por parte da autarquia.

Os locais visitados foram, respectivamente:

1. Ligaçãõ da Rua dos Barreiros à Rua de Carvalho de Baixo que foi interrompida pela construção da ligação à

A29 e que, neste momento, condiciona o acesso do lugar de Pereira à Escola do Carvalho. Da visita concluiu-se que a pavimentação de um pequeno troço de estrada com cerca de 200 metros, permitiria ultrapassar esta limitação de imediato;

2. A Rua da Carvalheira de Cima que estabelece ligação de Carvalho de Cima a Guilhovai. Trata-se de um pequeno troço de cerca de 500 metros que está num péssimo estado de conservação e que justifica uma intervenção urgente, para mais com o previsível agravamento das condições climáticas, a situação pode ficar ainda mais grave;

3. A Rua Padre Elói de Pinho (estrada de acesso à Escola C+S de Válega) está num estado deplorável de conservação, incluindo valetas e passeios obstruídos. Esta estrada constitui o único acesso à escola e é frequentada, diariamente, por centenas de viaturas e autocarros que transportam os alunos para este estabelecimento de ensino. Na opinião dos autarcas do PSD, esta via pública carece, também, de uma intervenção urgente, incluindo, a limpeza de valetas e passeios, de modo a permitir a boa circulação das pessoas e jovens que se deslocam a pé. – **CPS/PSD - Ovar**

Notícias de Aveiro

Ministro faz “foguetório de pólvora seca” ao anunciar, sem propostas, um programa Polis para a Ria

Os deputados do PSD eleitos por Aveiro acusaram hoje o ministro do Ambiente de fazer “foguetório com pólvora seca” ao anunciar um programa Polis para a Ria, mas sem apresentar propostas concretas.

Em conferência de imprensa convocada para divulgar a sua posição sobre o Orçamento de Estado e o Plano de Investimentos da Administração Central (PIDDAC), os deputados do PSD reagiram com reserva ao anúncio do Polis Ria, feito pelo ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia, na Assembleia da República.

A deputada Regina Bastos acusou Nunes Correia de fazer “um foguetório de pólvora seca porque nada se sabe acerca de como vai funcionar o Polis Ria”.

“Apresentou apenas a intenção de lançar a preparação de um programa para a Ria e o Polis nunca foi aplicado a espaços naturais.

Trata-se de um anúncio de um programa, feito pelo ministro do Ambiente de forma inesperada e sem apresentar nada de concreto”, comentou.

Para Regina Bastos, foi “um anúncio no vazio” porque o ministro não concretiza o período em que será lançado o programa, a dotação de verbas e a entidade que o vai supervisionar e “nada diz sobre a disseminação de competências em duas dezenas de entidades diferentes, que o PSD vem denunciando há



bastante tempo”.

“Aguardamos que o ministro concretize, mas é importante e positivo que, finalmente, após a promessa eleitoral do PS de que a Ria iria ter um instituto público com sede em Aveiro, apareça a informação de alguma atenção ao assunto”, ironizou.

No mesmo sentido se pronunciou Hermínio Loureiro, comentando que “a Ria não precisa de anúncios, mas de obras e desespera por uma solução para a degradação visível”.

“Tememos que esta sugestão, pois não passa disso, sirva apenas para atrasar a solução concreta dos problemas. A Ria precisa de uma entidade gestora, que é o que tem sido reclamado, e de uma intervenção já, mas o ministro falou vagamente de um programa Polis. Não sabemos qual vai ser o papel dos municípios, nem se vai haver participação de privados”, disse.

António Topa, presidente da distrital de Aveiro do PSD, foi mais longe, acusando o governo de, com o

anúncio do Polis Ria, procurar “estancar as vozes incómodas que vêm reclamando uma solução, e de tentar que os municípios sejam marginalizados no processo”.

“A Ria tem estudos já feitos e deve ser gerida pelos municípios ribeirinhos, mas isso eles não querem porque o PSD tem muita força, ao nível municipal, no distrito, e por isso querem que a gestão da Ria fique na dependência da administração central”, acusou. – **Fontes: Lusa, DN**

Comunicado da JSD/Setúbal

OE2008- O DESERTO AFINAL EXISTE!

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD vem por este meio manifestar a sua profunda indignação pela forma como o nosso Distrito é, mais uma vez, discriminado pelo actual Governo Socialista, no âmbito do Orçamento Geral do Estado, e muito especialmente, ao nível das verbas alocadas ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC).

Desde 2005 (último Orçamento apresentado pelo Governo PSD/CDS) o volume investimento do PIDDAC decresceu de cerca de 220 milhões para um valor orçamentado para 2008 de perto de 94 milhões de euros, o que se traduz numa quebra de mais de 57%.

O que esta realidade demonstra é um crescente divórcio do Governo com este Distrito e com as gentes da nossa Terra, mostrando que a visão «desértica» que alguns Governantes têm deste nosso território, afinal tem alguma razão de ser.

E o Deserto não é as nossas gentes, não é as nossas Terras, não é as nossas empresas. O Deserto começa na Visão Estratégica para o Distrito Setúbal por parte do Partido Socialista, que não percebe o que somos, o que representamos, o nosso potencial e o tempo que estamos a perder para ajudar a desenvolver uma parte de Portugal que pode ajudar, sobremaneira, ao Desenvolvimento Económico do nosso país.

O Deserto não é apenas a visão de um Governante mas traduz-se afinal na ideia, na acção e na convicção como se procura omitir, minorizar e humilhar centenas de milhares de pessoas que desejam respeito e exigem testemunhar um caminho de aposta nas nossas potencialidades e do erradicar dos «cancros civilizacionais» que nos foram impostos por medidas governamentais erráticas.

Com este Orçamento, o Governo do PS mostra que afinal o Deserto existe (apenas na sua mente, mas afinal subsiste) pelo menos, a avaliar pela sua falta de visão política, económica e social com que nos brinda. Que os habitantes deste Distrito não se deixem iludir pela política «PowerPoint» e de Discurso deste Desgoverno e que lutem por mostrar que o Deserto não Somos Nós, e sim o actual (que não futuro) executivo chefiado pela arrogância, prepotência e incompetência do Eng^o José Sócrates.

Porque o Distrito de Setúbal Merece ter Futuro! –CPD/JSD/PSD



Duarte Freitas preocupado com actual situação dos stocks de Atum

O Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas manifestou a sua preocupação com a actual situação de stocks de atum rabilho, uma espécie fortemente ameaçada e de elevado valor comercial.

A Comissão Europeia deu recentemente início a processos por infração contra Portugal e outros seis Estados Membros que participam na pesca do Atum, por alegado incumprimento na obrigação de envio de dados sobre as capturas.

À semelhança de outras espécies como o bacalhau, o atum rabilho é hoje considerado uma espécie fortemente ameaçada. Estudos recentes revelam que se nada for feito esta espécie poderá mesmo desaparecer nos próximos 20 anos. Com o objectivo de precaver esta situação, a Comissão Europeia lançou recentemente uma proposta de Regulamento do Conselho para promover a recuperação do Atum rabilho no Atlântico Este e Mar Mediterrâneo.

Segundo o Eurodeputado do PSD “esta proposta é fundamental para recuperar para níveis sustentados os stocks de atum rabilho que, de entre todas



as espécies de atum, é aquela que atinge maior valor comercial, sobretudo no mercado asiático”.

Duarte Freitas considera que “é necessário dar seguimento às resoluções da ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico) tomadas na última reunião anual desta organização. O Plano de recuperação de 15 anos acordado na última reunião anual da ICCAT deverá ser imediatamente transposto para o Direito Comunitário tendo a Comissão Europeia proposto uma revisão das medidas técnicas que orientam as práticas de pesca direccionadas para este recurso.”

Neste capítulo Duarte Freitas defende “ a utilização de artes de pesca cada vez mais selectivas” e relembrou as práticas de salto e vara utilizadas nos Açores como sendo “ um exemplo de pesca sustentada”. A redução considerável do esforço de pesca é outra das propostas apresentadas devendo ser “rapidamente aplicada”.

Duarte Freitas considera que os “interesses da frota nacional estão a ser devidamente salvaguardados” e relembra que “Portugal, apesar de possuir uma cota de pesca considerável, (cerca de 500 toneladas/ano) não captura mais de 20 toneladas/ano, utilizando o remanescente de cota para negociar oportunidades de pesca com outros Estados Membros.”

De referir ainda que a Comissão Europeia deu recentemente início a processos por infração contra sete Estados Membros que participam na pesca do Atum, onde se inclui Portugal, alegadamente por incumprimento na obrigação de envio de dados sobre as capturas.

Por proposta do PSD garante regime especial para RUP's nas taxas da aviação

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à Directiva de Comércio de Emissões que visa incluir o sector da aviação no comércio de Emissões de Carbono. Este relatório criou grande polémica dentro do próprio Parlamento Europeu e a nível internacional pelas suas implicações para o sector da aviação a nível global, uma vez que passam a ser incluídos, não só os voos europeus, como também os voos intercontinentais com destino ou partida no espaço da UE.

Os Deputados do PSD Duarte Freitas, que integra a Comissão de Ambiente do PE, e Sérgio Marques, ambos provenientes de Regiões Ultra-Periféricas (Açores e Madeira, respectivamente) cientes do previsível aumento dos custos do transporte aéreo, desde cedo se empenharam em criar uma excepção para as RUP's, fortemente dependentes das suas ligações aéreas. No entanto a maioria dos países que não têm RUP's não foram, de início, sensíveis a este regime de excepção.

Após forte negociação, os Deputados portugueses do PSD, que entretanto garantiram o apoio dos Deputados irlandeses, italianos, espanhóis e franceses da sua família política europeia (PPE-DE),

conseguiram negociar um compromisso que prevê a utilização de parte (a decidir por cada Estado-Membro) das receitas provenientes dos leilões de direitos de emissão deverá ser destinada a compensar os efeitos negativos do aumento dos preços na acessibilidade a regiões isoladas ou remotas. Os deputados do PSD, em conjunto com os restantes deputados provenientes RUPs, conseguiram ainda aprovar que o carácter específico das RUPs será tido em conta quando for definida a quantidade de licenças de emissão de que disporá cada Estado-Membro.

Este regime de excepção, proposto pelos Deputados do PSD, e que segundo o próprio Ministro português do Ambiente Nunes Correia parecia impossível em Junho deste ano, está agora confirmado pelo Parlamento Europeu que votou em co-decisão esta matéria, ou seja o Conselho terá de chegar a um acordo igual ao obtido no Parlamento Europeu, cabendo agora ao Governo português garantir que esta proposta do Parlamento Europeu seja respeitada e incluída na decisão final.

Segundo o Deputado Duarte Freitas que integra também a Comissão Temporária para as

Alterações Climáticas, “o trabalho de base está feito, mas agora é muito importante o empenho do Governo português ao nível da decisão no Conselho onde o lobby internacional se faz sentir com mais força”.

Esta proposta teve bastantes outros pontos quentes, que uniram de um lado as organizações ambientalistas e do outro as companhias aéreas. O resultado da votação de hoje representa um misto entre as duas posições.

Silva Peneda defende partilha das melhores práticas na luta contra a exclusão social

O Deputado do PSD José Silva Peneda, Relator do Parlamento Europeu para o Modelo Social Europeu apoiou o Relatório sobre a “análise da realidade social” da Deputada Liz Lynne que foi aprovado pelo PE.

Segundo o Deputado do PSD, “A política social é, em larga medida, competência dos Estados Membros pelo que sou apologeta da promoção do método aberto de coordenação bem como da partilha de melhores práticas com vista à luta contra a exclusão social.”

Na sua opinião, “os sistemas de segurança social devem assentar em princípios que motivem os seus beneficiários para a procura de oportunidades de emprego e que não favoreçam um incentivo perverso a qualquer forma de inactividade.”

Para o Deputado do PSD o baixo nível educativo da população e as elevadas taxas de abandono escolar precoce “merecem uma reflexão aprofundada já que são os indivíduos menos qualificados os mais vulneráveis a processos de exclusão social.”

Silva Peneda afirmou “esta situação é particularmente preocupante no meu país, Portugal, onde em 2005, mais de 39% da população jovem (entre 18 e 24 anos) tinha completado apenas o ensino secundário inicial.”

“Há que inverter esta tendência e dotar os cidadãos das competências necessárias para um ingresso bem sucedido no mercado de trabalho.”



Parlamento Europeu aprova alargamento de Espaço Schengen

- Um relatório de Carlos Coelho

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado do PSD Carlos Coelho sobre o Alargamento do Espaço Schengen a mais nove países (República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Polónia, Lituânia, Eslovénia, Eslováquia e Malta).

O Espaço Schengen permite que os cidadãos se movimentem livremente dentro do respectivo território. Os controlos terrestres e marítimos nos novos membros Schengen devem ser abolidos até 21 de Dezembro e as restrições impostas nas fronteiras aéreas até ao final de Março de 2008. Neste sentido, os cidadãos deixarão de ter que apresentar os passaportes quando atravessam fronteiras entre Estados-Membros pertencentes ao espaço Schengen.

No debate que antecedeu a votação e no qual participou o Secretário de Estado da Administração Interna, José Magalhães, o Deputado Carlos Coelho Relator do Parlamento Europeu para o Espaço Schengen lembrou que “o Espaço Schengen é um dos maiores sucessos na História da integração europeia e a expressão mais conseguida da liberdade de circulação com a abolição das fronteiras internas e a adopção de várias medidas compensatórias como o reforço dos controlos nas fronteiras externas, a cooperação policial, aduaneira e judicial e a criação do Sistema de Informação de Schengen.”

Schengen (tal como a UE) foi crescendo. Já não são apenas os 5 Estados Membros fundadores. Abrange hoje todos os países dos antigos 15 (com excepção da Irlanda e do Reino Unido que participam apenas parcialmente) e integra dois países não comunitários: a Islândia e a Noruega. Para Carlos Coelho estamos, pois, perante um “acontecimento histórico: o maior alargamento na História de Schengen, com o levantamento, em simultâneo, das fronteiras internas com 9 novos Estados Membros”

De seguida o Deputado português felicitou os novos Estados-Membros pela sua entrada, realçando o “esforço sistemático e empenhado que demonstraram para preencher todos os requisitos exigidos pelas rigorosas normas Schengen”. Carlos Coelho lembrou que “os Relatórios de Dezembro de 2006 tinham assinalado diversos problemas” que foram entretanto ultrapassados na “sua esmagadora maioria.”

Para Carlos Coelho a ausência de fronteiras internas não obriga apenas a “um melhor controlo das fronteiras externas e a uma boa transmissão de informações e dados através do SIS.” É, sobretudo, um exercício de “confiança recíproca em que todos têm de pautar por um rigoroso cumprimento das normas aprovadas.” Assegurar o bom controlo nas nossas fronteiras é “zelar pela segurança de



todos os cidadãos europeus” afirmou Coelho.

Com efeito, a segurança do espaço Schengen depende do rigor e da eficácia que cada Estado Membro coloca no controlo das suas fronteiras externas e também da qualidade e rapidez do intercâmbio de informações através do SIS. A fragilidade ou o funcionamento inadequado de qualquer destes elementos coloca em risco a segurança da União.

Por isso o Relator salienta que

“urge resolver os pequenos problemas que subsistem. Eles não são de molde a impedir o levantamento de fronteiras internas mas têm de ser resolvidos.”

Por essa a razão o Parlamento Europeu vai, por proposta de Carlos Coelho, aprovar uma Resolução política subscrita por 5 Grupos Políticos a pedir para ser informado com pormenor no prazo de 6 meses relativamente aos pormenores ainda pendentes e a defender que se faça, dentro de dois anos, uma avaliação global do funcionamento do Espaço Schengen envolvendo todos os Estados-Membros (novos e antigos).

Carlos Coelho agradeceu ainda à Presidência em exercício o seu “empenho e o seu espírito de colaboração” em especial ao governo português e particularmente “ao Secretário de Estado José Magalhães” a solução que constituiu o SISone4all que viabilizou a conexão destes nove Estados aos SIS. Coelho lembrou que “a não ter sido assim, face ao atraso do SIS-II, não teria sido possível alargarmos o Espaço Schengen este ano.”

O Relator deixou ainda duas notas finais que se transcreve na íntegra:

“A primeira para a Comissão Europeia para recordar aqui, mais uma vez, que a criação do SIS II continua a ser uma prioridade para o Parlamento Europeu. Não para permitir aos novos Estados Membros terem acesso ao sistema (o que foi resolvido com o SISone4all), mas sobretudo porque, dentro do quadro comunitário, permitirá um uso mais eficiente dos dados, melhorando a segurança quer através da introdução de dados biométricos, quer através da interligação dos alertas introduzindo novas funcionalidades e tirando partido da evolução tecnológica.”

“E relativamente ao Conselho, não posso deixar de lamentar que, no início deste processo de consulta ao Parlamento Europeu, o Conselho não tenha respeitado, uma vez mais, o princípio da leal cooperação com o Parlamento, recusando enviar os relatórios de avaliação elaborados pelos peritos, invocando razões de segurança. Apesar de se ter chegado a um compromisso que permitiu resolver momentaneamente a situação, urge encontrar uma solução para o futuro, que permita ao Parlamento Europeu ter acesso a todos os documentos com base nos quais a sua opinião é requerida. É absurdo negar ao Parlamento os elementos sobre os quais este exerce as suas competências legislativas.”



Renovar de Esperança!

Aos Companheiros dos T.S.D.'s;
A situação do País que continua com elevadíssimo desemprego, + de 8% a mais elevada em muitas décadas, a par do aumento exponencial da pobreza mais de 2 milhões de cidadãos, para não se falar na chamada (envergonhada), por muitos sentirem vergonha até de que se saiba que as suas posses já não são o que foram, quando isso devia era envergonhar a todos.

A emigração outra vez de muitos milhares de compatriotas forçados a procurar nos outros Países o emprego e bem-estar para si e para os seus, que no nosso País não estão a conseguir obter.

Os problemas que se têm vindo a agravar, com a precariedade do pouco emprego que ainda vai existindo.

A retirada ou redução de direitos aos trabalhadores, na Segurança Social, na Saúde, na Educação, etc.

Aliada à acentuada degradação do poder económico e social da esmagadora maioria dos agregados

familiares, também em consequência da perda de poder de compra dos trabalhadores e funcionários públicos (vários anos consecutivos), além do brutal aumento de impostos e taxas.

Agora alegando-se uma maior justiça, faz-se a injustiça de retirar também direitos aos deficientes e reformados, já de si penalizados com os aumentos nos medicamentos e custos de taxas hospitalares e outras, sabendo-se que eles já deram ao País o rendimento de uma vida de trabalho.

O País bem podia dispensar mais estes futuros pobres.

Ajudar ao Progresso

Muitos são já os Portugueses que começam a comparar este estado de coisas ao tempo anterior ao do Dr. Marcelo Caetano, em que também muitos milhares os jovens depois de irem para a guerra, tinham que emigrar, para ter uma vida digna.

Com a eleição de um novo líder, o

PSD, ficou com a responsabilidade acrescida de criar uma alternativa credível, ao actual Governo do PS.

Esse trabalho cabe a todos e a cada um de nós e não só ao líder e ou à Bancada Parlamentar.

A esperança voltou a instalar-se nos Sociais-democratas e em muitos cidadãos e há que começar rapidamente a trabalhar para tornar real a possibilidade de voltar ao poder em 2009.

Os descontentes com a política seguida pelo Governo PS, que estão a asfixiar tudo e todos, com esta desenfreada obsessão pelo défice e elevada quebra de investimento.

Os descontentes são muitos e de vários quadrantes até do próprio PS. Veja-se o que por exemplo: o ex. Candidato Presidencial e destacado Deputado do PS, Manuel Alegre, disse quanto ao Orçamento de Estado.

Agora, com a reeleição mais uma vez, do companheiro Arménio Santos, para continuar a liderar os T.S.D.'s

ficaram criadas as condições, para também no sector dos transportes, os trabalhadores se unirem e trabalharem para renovar e dinamizar as nossas estruturas, (não é dever só dos Órgãos Nacionais, é de todos).

Recorda-se que há muito que a secção sindical, deixou de cumprir a sua função e o próprio núcleo tem demonstrado alguma insuficiência e ou amnésia.

A hora é de renovar e devolver a esperança aos Portugueses e os trabalhadores Sociais-Democratas do sector dos Transportes, também podem e devem ajudar.

É preciso recordar que neste sector, tal como no da Banca, Seguros, Ensino, etc. os T.S.D.'s, já foram uma importantíssima força, podemos voltar a sê-la!

Participa na Mobilização!

Os trabalhadores e o País, Merecem! - **Trabalhadores / T.S.D.'s, Para a Dinamização das Estruturas nos Transportes**

Comunicado dos TSD

Primeira reunião do Secretariado Nacional

O Secretariado Nacional dos TSD, eleito no passado fim-de-semana no XI Congresso, reuniu em Lisboa, tendo tomado as seguintes deliberações:

1. Os TSD manifestam a sua solidariedade aos trabalhadores da Administração Pública na greve marcada para dia 30 de Novembro, porque consideram que não é justo que o governo, sistematicamente, ignore o direito à negociação e imponha as suas propostas num alógica do "quero, posso e mando".

A falta de verdadeira negociação entre o governo e os sindicatos está demonstrada no facto de na primeira ronda negocial o governo ter apresentado uma proposta salarial de 2,1% e fechar as negociações com esse mesmo valor.

A negociação protagonizada pelo governo não passa de um simulacro de negociação pelo governo e os funcionários públicos foram eleitos como os bodes expiatórios de todos os males do País, pelo que todos os trabalhadores da Administração Pública têm razões para demonstrar ao governo a sua insatisfação e o seu protesto.

2. Os números do desemprego são usados pelo governo da forma menos séria e, tal facto, merece dos TSD a sua profunda indignação.

Com efeito, o governo prometeu criar 150 mil novos empregos, para além daqueles que são destruídos pela própria dinâmica da economia, mas com o malabarismo e os truques que o País já bem lhe conhece, o Primeiro Ministro vem agora declarar-se em condições de cumprir aquela promessa, mas sem considerar os postos de trabalho destruídos.

É uma manipulação grosseira do compromisso eleitoral que assumiu e é uma tentativa de passar um atestado de ignorância aos portugueses.

Pior, o que o Primeiro-Ministro revela é a mais completa insensibilidade social perante o drama que atinge cerca de meio milhão de portugueses desempregados.

Os TSD denunciam esta farsa do Primeiro-Ministro e expressam a sua grande preocupação com o facto da economia portuguesa não crescer o suficiente para criar novos empregos e aproximar Portugal da média dos países da União Europeia.

3. Foi eleito o Secretariado Executivo, que ficou assim constituído:

- Arménio Santos – Secretário Geral
- Alfredo Correia – Vice-Secretário Geral
- Bettencourt Picanço – Vice-Secretário Geral
- Jacinto Pereira – Vice-Secretário Geral
- Viriato Augusto – Vice-Secretário Geral
- António Pedro Roque – Secretário Executivo
- Carlos Chagas – Secretário Executivo
- João de Deus Gomes Pires – Secretário Executivo

4. O secretariado Nacional nomeou ainda para Coordenadores dos Secretariados da Juventude e da Imigração, respectivamente, Filipa Guimarães e Carlos Almeida Luís. - **Lisboa, 17 de Novembro de 2007, O Secretariado Nacional**



ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

(Correcção do local da Assembleia)

Ao abrigo do artigo 37º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 24 de Novembro de 2007 (Sábado), pelas 17h30m, no Hotel "IMPERIAL", em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações e Actividades;
2. Análise da situação política e partidária, com a presença de um elemento da Comissão Política Nacional.

NOTA: Nos termos do Plano de Actividades para 2007 estava previsto que a próxima reunião da Assembleia Distrital de Aveiro do PSD tivesse lugar a 30 de Novembro.

No entanto, e correspondendo a solicitação da C.P.N., que vai participar nessa reunião através de um dos seus membros, a mesma foi antecipada para 24 de conforme convocatória que antecede.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo do disposto no artigo 39º, dos Estatutos do PSD, venho por este meio convocar V. Exa. para a reunião extraordinária da Assembleia Distrital do PSD/Algarve, a ter lugar no próximo dia 24 de Novembro de 2007 pelas 16,00 horas, na Sede da Secção de Loulé, Rua Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Informações diversas
- 2- Análise da situação política nacional com a intervenção dos Vice-Presidentes da Comissão Política Nacional, Fernando Seara e Mendes Bota
- 3- Assuntos diversos

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LEIRIA

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Novembro de 2007 (segunda-feira), pelas 21h30, na Sede Distrital de Leiria do PSD, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, em Leiria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Tomada de posse dos novos órgãos da Distrital de Leiria do PSD;
2. Análise da situação política.

Nota: Estará presente um Membro da Comissão Política Nacional.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária a realizar na Sexta-Feira, dia 07 de Dezembro de 2007, pelas 21,30 horas, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Local;
3. Análise da Situação Política Nacional.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião, a realizar no próximo dia 3 Dezembro de 2007, pelas

20h30, na Sede Concelhia em Castelo Branco, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

CASTRO MARIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Castro Marim, para uma sessão extraordinária, a realizar no dia 25 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), a funcionar em sistema de urna aberta entre as 21h00 e as 23h00, no nº 18 da Rua São Sebastião, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política da Secção de Castro Marim.

Nota: As listas candidatas devem ser entregues na sede concelhia em Castro Marim, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral convocado para o efeito e deverão ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros da Assembleia.

As listas candidatas devem ser acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos, individualmente ou conjuntamente, contendo o nome, número de militante e nº de BI de cada candidato.

DISTRITAL DE LEIRIA - ADITAMENTO

Por motivos justificados, a pedido dos respectivos presidentes de Secção do PSD e porque nestas Secções não existe Sede Partidária, solicita-se ADITAMENTO à convocatória publicada no PL (31-10-2007) com referência ao acto eleitoral de 30-11-2007 para os órgãos distritais de Leiria do PSD, estrictamente quanto aos locais de votação, na seguintes Secções do PSD:

Bombarral: Local de votação: Hotel Comendador - Largo Comendador João Ferreira dos Santos (Bombarral) 2540-033 BOMBARRAL

Local de entrega de listas: Rua Gil Eanes, nº 27 - Cintrão - 2540- 227 Bombarral.

Óbidos: Local de votação: Edifício na Praça Azeredo Perdigão, n.º 7, Amoreira (Óbidos) 2510-408 AMOREIRA OBD

Local de entrega de listas: Rua das Poças, s/n, Arelho 2510-191 Óbidos

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/ PEDROUÇOS

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes do Núcleo de Águas Santas/ Pedrouços, do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária de Núcleo no dia 14 de Dezembro de 2007, pelas 21h00, na sede de Núcleo sita na Rua D. Afonso Henriques, nº 1129 – Pedrouços – 4425-636 Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2008;
3. Análise da situação política.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos, cumpre-me convocar os Militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma ASSEMBLEIA DE SECÇÃO a realizar no dia 28 de Novembro de 2007, pelas 21.30 h, na Sede Concelhia do PSD, na Rua da Praia 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política



NÚCLEO DE MILHAZES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o Núcleo de Milhazes da Secção de Barcelos, para o dia 23 de Dezembro de 2007, pelas 16 horas, no lugar de Espezes, na Freguesia de Milhazes – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Milhazes;
- 2 - Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Milhazes.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco Conselho Distrital Eleitoral, para o dia 12 de Janeiro de 2008, pelas 16h30m, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais da JSD/Bragança

Nota: As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Congresso, ou a quem o possa substituir até às 0.00, do 3º dia anterior ao acto eleitoral. O acto eleitoral começa às 17h e termina às 18h.

O Presidente da Mesa do Congresso
Daniel Fangueiro

ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do núcleo dos militantes da JSD de Ermesinde para o dia 21 de Dezembro de 2007, pelas 20 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 870, em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Ermesinde.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Ermesinde, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da JSD de Ermesinde, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Ermesinde
(Joaquim António Leitão de Almeida)

CPS'S DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco as seguintes Eleições para Conselheiros Distritais:

Concelho	Local	Hora	Dia
Bragança	Sede do PSD	17h	5/01
Alfândega da Fé	Sede do PSD	17h	5/01
Carrazeda de Ansiães	Sede do PSD	17h	5/01
Freixo de Espada à Cinta	—não tem militantes suficientes—		
Macedo de Cavaleiros	Sede do PSD	17h	5/01
Miranda do Douro	—não tem militantes suficientes—		
Mirandela	Sede do PSD	17h	5/01
Mogadouro	Sede do PSD	17h	5/01
Torre de Moncorvo	Sede do PSD	17h	5/01
Vila Flor	Sede do PSD	17h	5/01
Vimioso	Escola EB 2,3	17h	5/01
Vinhais	Sede do PSD	17h	5/01

Nota: As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Congresso, ou a quem o possa substituir até às 0.00, do 3º dia anterior ao acto eleitoral. O acto eleitoral decorre em todas as secções à mesma hora, começa às 17h e termina às 18h.

O Presidente da Mesa do Congresso
Daniel Fangueiro